

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

RECOMENDAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

JULIA CODA

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO:

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Prof. Dr. Alexandre Uezu

Prof. Dr. Carlos Klink

Nazaré Paulista, 2010

Agradecimentos

Fazer parte da primeira turma do primeiro mestrado profissional em ecologia e primeiro mestrado administrado por uma ONG no Brasil foi ao mesmo tempo uma honra e um desafio. Não tinha como fazer isso sozinha! Por isso, gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a elaboração deste produto.

Primeiramente, agradeço ao meu comitê de orientação: meu orientador Prof. Dr. Eduardo Ditt e aos co-orientadores, Prof. Dr. Alexandre Uezu e Prof. Dr. Carlos Klink, pelos ensinamentos, correções e apoio, nas horas de desespero.

À Prof^a. Dr^a. Suzana Padua e ao Prof. Dr. Zysman Neiman, membros da banca, que além de avaliar meu produto final, me ajudaram muito durante o processo de elaboração.

À Dr^a. Giselda Durigan por me “empurrar” para o IPÊ, primeiramente no curso Latinoamericano de Biologia da Conservação e depois para a ESCAS.

À Família ESCAS: Cristi, Lurdinha, Maria José, Maria Helena, seu João, Claudio, Thiago, Carlinhos, Erika, Sônia, professores dos seminários, colegas de mestrado das turmas 1, 2 e 3, e, claro, a cachorrada. Conviver com essas pessoas foi uma das melhores experiências da minha vida. Agradeço também a todos os professores que compareceram às reuniões de comitês na ESCAS. Os palpites e opiniões realmente fizeram a diferença.

Agradeço à Família Missio, que me acolheram em São Paulo durante o segundo ano do mestrado e em vários outros momentos da minha vida. Especialmente à, minha grande amiga e irmã, que inclusive ajudou com as transcrições das entrevistas do meu trabalho.

À Família IPÊ, em especial a Nailza, Badialli, Marco Antônio, Thiago, Sarita, Hércules, Chiquinho, e os demais pesquisadores e funcionários do site Rio Negro. E também a todas as pessoas que participaram das entrevistas durante a coleta dos dados.

Por fim, quero especialmente agradecer a minha família. Aos meus pais, por terem sempre me amado e me apoiado, e por mais uma vez me oferecerem uma grande oportunidade como essa. Ao carinho do Paulo, meu irmão. E ao meu querido Giquinho, companheiro de todas as horas.

Coda, J. 2010. Recomendações para Avaliação de Projetos Socioambientais. 85p. Produto final de Mestrado Profissional. Programa de Pós Graduação em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade/Instituto de Pesquisas Ecológicas., Nazaré Paulista.

Resumo

Cresce cada vez mais a necessidade de avaliar projetos socioambientais devido à escassez de recursos financeiros e a enorme demanda por esses projetos. Avaliação é a análise sistemática e objetiva do planejamento, implementação e resultados de um projeto, visando determinar a pertinência dos objetivos, assim como a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade para o desenvolvimento do mesmo. O objetivo deste trabalho foi apresentar e combinar ferramentas participativas para serem usadas na avaliação de projetos. Para tanto, o trabalho foi dividido em três partes. Na primeira parte foram apresentados conceitos relacionados com a avaliação de projetos, e foi elaborado um roteiro para a implementação de uma avaliação. Os passos deste roteiro são: 1) definição do tipo de avaliação; 2) caracterização do Projeto; 3) definição das perguntas e escolha dos indicadores; 4) definição das ferramentas para coleta de dados; 5) coleta de dados e análise dos resultados; 6) conclusões e sugestões; 7) divulgação dos resultados. A segunda parte é uma aplicação do roteiro para o Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, realizado na região do Baixo Rio Negro, Amazônia Central. Foi feita uma avaliação sobre o relacionamento entre três grupos de atores da região que estão envolvidos com o projeto: *trade* turístico; gestores das Unidades de Conservação; e, comunidades locais. O diálogo semiestruturado e o Diagrama de Venn foram as ferramentas utilizadas para a coleta. O roteiro se mostrou efetivo e a avaliação apontou êxitos e problemas a serem trabalhados dentro do projeto. Como principais êxitos constatou-se: existe diálogo entre *trade* e gestores, mesmo que ainda conflituoso; algumas comunidades estão organizadas ou se organizando para trabalhar com turismo; o *trade* participou da definição das áreas que serão destinadas ao uso público, indicando os pontos de

visitação dentro do Parque Nacional de Anavilhanas. Os problemas a serem trabalhados são: a abordagem agressiva dos fiscais do IBAMA aos barcos de turismo; a renda gerada por atividades de turismo nas comunidades atingem apenas indivíduos e não a comunidade como um todo; o *trade* nem sempre paga para usar trilhas nas comunidades. Para amenizar os problemas levantados, sugere-se que as reuniões entre *trade* e gestores sejam mais curtas e freqüentes, para instigar a participação de mais pessoas. Podem ser oferecidos cursos de capacitação para fiscais do IBAMA sobre como abordar barcos de turismo. Além disso, atividades cotidianas dos comunitários podem ser transformadas em atrativos turísticos. Na terceira parte do trabalho, foram sugeridas ferramentas que podem ser utilizadas para avaliar as ações do Projeto de Turismo. As ferramentas foram escolhidas a partir das atividades sugeridas em uma proposta aprovada por um financiador do projeto. Assim, este trabalho mostra que é possível inserir atividades de avaliação mesmo quando não estava no planejamento inicial, e que o processo avaliativo pode fomentar grande aprendizagem, propiciando meios de se melhorar a eficácia do que é oferecido ao público em geral.

Palavras-chave: Indicadores; Ferramentas Participativas; Sustentabilidade; Turismo Sustentável.

Abstract

There is an increasing need to evaluate social and environmental projects due to the scarcity of financial resources and the huge demand for these projects. Evaluation is a systematic and objective assessment of a project, of its design, implementation and results, in order to determine the relevance of its objectives, efficiency, effectiveness, impact and sustainability. The aim of the current study was to present and combine participatory tools to be used in project evaluations. The current study was divided into three parts. In the first part, concepts related to project evaluation presented, and a guide for an evaluation implementation was developed. The steps of this guide are: 1) definition of the evaluation type; 2) characterization of the project; 3) definition of questions and indicators; 4) definition of tools for data collection; 5) data collection and analysis of results; 6) conclusions and suggestions; 7) dissemination of the results. The second part of the current study is an implementation of the guide based on a Community-based Tourism Project, in the lower Rio Negro region, in Central Amazon, conducted by IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (Institute for Conservation Research). An assessment was conducted on the relationship between three groups of stakeholders that are involved with this project: managers of local tourism companies, managers of protected areas and local communities. Semi-structured interviews and the Venn diagram tools were used for collecting data. The guide proved to be effective and the evaluation pointed successes and problems to be worked on within the project. The most relevant successes pointed out were: there is an exchange of cooperation between tourism company managers and protected areas managers, even though it is still conflicting; some communities are organized or getting organized to work with tourism; tourism company managers have participated in the definition of public use areas for Anavilhanas National Park. The problems to be worked on are: the IBAMA (Brazilian Federal Environmental Agency) inspectors approach to tourism boats is aggressive; the income generated by tourism activities in communities reaches only individuals and not the community as a whole; tourism companies do not always pay to use trails in community areas. To minimise the problems that were identified, it was suggested that meetings between tourism company managers and managers of protected areas should be more frequent and shorter to encourage participation. IPÊ should offer training

courses to IBAMA inspectors on how to approach tourists boats approaching. Day-to-day activities of the local community can be turned into tourist attractions. Finally, in the third part of this study, participatory tools were suggested to assess future actions of the Tourism Project. The chosen tools for each of the suggested activities approved by a financing agency, which shows that it is possible to insert evaluation activities even when it was not in the initial planning process, and that the evaluative process can promote great learning. This study also propitiates ways to improve the efficiency of what is offered to the general public.

Keywords: Indicators; Participatory Tools; Sustainability; Sustainable Tourism.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | 4 |
| Resumo | 5 |
| Abstract | 7 |
| Sumário | 9 |
| Lista de figuras | 11 |
| Lista de Tabelas | 12 |
| Lista de Abreviaturas e Siglas | 13 |
| | |
| Apresentação | 15 |
| | |
| Parte 1 - Avaliação de Projetos Socioambientais | 17 |
| 1. Da pressão humana sobre os recursos naturais à atuação de instituições com seus projetos socioambientais | 17 |
| 2. Projetos Socioambientais | 18 |
| 3. Avaliação | 20 |
| 3.1. Monitoramento | 22 |
| 3.2. Tipos de Avaliação | 23 |
| 3.3. Indicadores | 26 |
| 4. Ferramentas para a Avaliação | 27 |
| 4.1. Sistemas de Gestão de Projetos | 27 |
| 4.2. Ferramentas participativas de Diagnóstico Rápido Participativo ... | 29 |
| 5. Roteiro para a Implementação de uma Avaliação (Passo a Passo) | 35 |
| | |
| Parte 2 - Avaliação Geral da Evolução do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, na Região do Baixo Rio Negro, AM | 39 |
| 1. Passo 1: Definição do tipo de avaliação | 39 |
| 2. Passo 2: Caracterização do Projeto | 40 |
| 2.1. Turismo como uma alternativa para a conservação ambiental | 40 |
| 2.2. Turismo e Desenvolvimento na região do Baixo Rio Negro | 41 |
| 2.3. Atuação do IPÊ na região do Baixo Rio Negro | 45 |
| 2.3.1. Projeto de Turismo com Base Comunitária | 45 |
| 2.4. Atores sociais do turismo na região do Baixo Rio Negro | 47 |
| 2.4.1. Gestores de Unidades de Conservação | 47 |

| | |
|--|-----------|
| 2.4.2. Comunidades Locais..... | 48 |
| 2.4.3. <i>Trade</i> Turístico..... | 49 |
| 3. Passo 3: Escolha dos Indicadores | 50 |
| 4. Passo 4: Definição das ferramentas..... | 52 |
| 5. Passo 5: Coleta de Dados e Análise dos Resultados..... | 53 |
| 5.1. Materiais e Métodos..... | 53 |
| 5.2. Resultados e Discussão | 56 |
| 5.2.1. Avaliação dos gestores de Unidades de Conservação sobre seu relacionamento com os demais atores..... | 57 |
| 5.2.2. Avaliação do <i>Trade</i> Turístico sobre seu relacionamento com os demais atores | 60 |
| 5.2.3. Avaliação dos comunitários sobre seu relacionamento com os demais atores | 64 |
| 6. Passo 6: Conclusões e Sugestões..... | 69 |
| | |
| <i>Parte 3 – Sugestões de ferramentas para avaliar as futuras atividades do Projeto de Turismo.....</i> | 73 |
| <i>Conclusões finais.....</i> | 78 |
| <i>Referências Bibliográficas.....</i> | 80 |
| <i>Anexos</i> | 88 |
| Anexo 1 – Questionário para os executores de projeto do site Baixo Rio Negro | 88 |
| Anexo 2 – Roteiros utilizados para as entrevistas..... | 90 |

Lista de figuras

Figura 1: Praia na margem esquerda do Rio Negro, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus – AM (Foto: Julia Coda, 2009).

Figura 2: Ponte sobre o Rio Negro em construção, que liga os municípios de Manaus e Iranduba (Foto: Julia Coda, 2009).

Figura 3: Placa posicionada em uma das comunidades do Rio Cuieiras, onde foram reintroduzidos dois peixes-boi em 2009. Os projetos do IPÊ integram a conservação com a participação dos habitantes locais (Foto: Julia Coda, 2009).

Figura 4: Mapa do mosaico de Unidades de Conservação que compõem o Baixo Rio Negro. Os círculos vermelhos indicam os locais onde o Projeto de Turismo com Base Comunitária atua (Fonte: IPÊ).

Figura 5: Comunidade Três Unidos, habitada por famílias indígenas no Rio Cuieiras (Foto: Julia Coda, 2009).

Figura 6: Desenho esquemático do Diagrama de Venn. O nome do ator que está participando da atividade deve ser colocado no centro do diagrama (ator-participante). Os demais atores que se relacionam com o ator-participante devem ser posicionados de acordo com o grau do relacionamento com o ator-participante no presente. Quanto mais distante do centro do círculo, pior a relação entre eles. Posteriormente é feita a classificação do relacionamento no passado e como o ator-participante espera que seja no futuro. Os quadrinhos azuis simbolizam o passado, e os quadrinhos na cor rosa simbolizam o futuro. Os símbolos positivos “J” e negativos “L” desenhados nos quadrinhos significam o grau de interação entre os atores: dois símbolos negativos para “PÉSSIMO”, um símbolo negativo para “RUIM”, um símbolo positivo para “BOM”, e dois símbolos positivos para “ÓTIMO”.

Figura 7: Mapa da região do Baixo Rio Negro, AM, contendo as comunidades onde ocorreram as entrevistas para a avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ. As comunidades simbolizadas por pontos amarelos são as consideradas “parceiras”, e as simbolizadas com pontos vermelhos são as “não-parceiras”.

Figura 8: Embarcação turística visitando a comunidade Terra Preta (Julia Coda, 2009).

Figura 9: Artesãs confeccionando artesanato na Comunidade Nova Esperança (Foto: Julia Coda, 2009).

Figura 10: Embarcação turística navegando no Rio Negro (Foto: Julia Coda, 2009).

Lista de Tabelas

Tabela 1: Glossário dos termos utilizados em projetos socioambientais.

Tabela 2: Tipos de avaliação quanto ao momento e a função da avaliação.

Tabela 3: Quadro de equivalência de elementos conceituais do Quadro Lógico entre as Instituições Financiadoras. GTZ – Agência de Cooperação Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*); USAID - Agência de Cooperação Técnica Americana (*United States Agency for International Development*); BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento; BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; CIDA - Agência de Cooperação Técnica Canadense (*Canadian International Development Agency*).

Tabela 4: Tipos de entrevistas usadas para a coleta de dados em projetos que envolvem grupos sociais.

Tabela 5: Diferentes tipos de grupos que podem ser abordados em entrevistas para levantamento de dados.

Tabela 6: Ferramentas participativas utilizadas para análise de impacto de uma intervenção.

Tabela 7: Ferramentas para análise de mudanças provocadas por uma intervenção ao longo do tempo.

Tabela 8: Ferramentas que podem ser usadas para análise de interação entre diferentes instituições ou grupos de atores sociais.

Tabela 9: Diferentes ferramentas que podem ser utilizadas em avaliação de projetos.

Tabela 10: Ferramentas que podem ser usadas junto a atores sociais para projetar cenários.

Tabela 11: Indicadores levantados pelos executores de projeto do IPÊ no site Rio Negro. Os indicadores foram classificados de acordo com o projeto/público que eles deveriam responder.

Tabela 12: Respostas do *trade* sobre como eles vêem seu relacionamento com os demais atores, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu; N= número de entrevistados).

Tabela 13: Porcentagem de respostas sobre como o comunitário vê seu relacionamento com o *trade* turístico, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu; N= número de entrevistados).

Tabela 14: Porcentagem de respostas sobre como o comunitário vê seu relacionamento com os gestores das UCs, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu).

Tabela 15: Êxitos e problemas apontados pela avaliação.

Tabela 16: Objetivos, atividades e as possíveis ferramentas que poderão ser utilizadas para a avaliação das atividades do Projeto “Conservando Florestas na Região do Baixo Rio Negro através do Ecoturismo”.

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|-------------|---|
| ABAV | Associação Brasileira de Agências de Viagens |
| ABETA | Associação Brasileira da Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura |
| Amazonastur | Empresa Estadual de Turismo do Amazonas |
| AOBT | Associação dos Operadores de Barco do Amazonas |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| ATUNA | Associação de Turismo de Novo Airão |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento |
| CIDA | <i>Canadian International Development Agency</i> (Cooperação Técnica Canadense) |
| DRP | Diagnóstico Rápido Participativo |
| ESEC | Estação Ecológica |
| GTZ | <i>Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit</i> (Agência Alemã de Cooperação Técnica) |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia |
| IPÊ | Instituto de Pesquisas Ecológicas |
| IUCN | International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza) |
| JICA | <i>Japan International Development Agency</i> (Agência de Cooperação Técnica Japonesa) |
| Manauscult | Fundação Municipal de Cultura e Turismo |
| M&A | Monitoramento e Avaliação |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| PAREST | Parque Estadual |
| PARNA | Parque Nacional |
| PES | Planejamento Estratégico Situacional |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |

| | |
|-----------|---|
| PROECOTUR | Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal |
| PTA | Planos de Turismo da Amazônia |
| QL | Quadro Lógico |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| SDS | Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| SEMMAS | Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Manaus |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |
| UC | Unidade de Conservação |
| USAID | <i>United States Agency for International Development</i> (Agência de Cooperação Técnica Americana) |
| ZFM | Zona Franca de Manaus |
| ZOPP | <i>Zielorientierte Projektplanung</i> (Planejamento de Projeto Orientado para Objetivos) |

Apresentação

Este trabalho foi desenvolvido para ajudar executores que atuam em questões socioambientais a avaliarem seus projetos. A idéia deste trabalho surgiu de uma necessidade dos executores do Projeto Turismo com Base Comunitária do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, na região do Baixo Rio Negro, no estado do Amazonas. No entanto, percebe-se que uma falta de ferramentas claras para avaliar projetos, o que reforça a importância deste estudo, que visa responder essa necessidade geral de executores de projetos socioambientais.

Rossi e outros (2004) afirmam que a preocupação contemporânea sobre a alocação dos escassos recursos torna a avaliação das intervenções socioambientais mais essencial do que nunca. Dessa forma, a proposta deste trabalho é apresentar e combinar ferramentas de desenvolvimento participativo (Geilfus, 1997) para serem usadas na avaliação de projetos. A intenção é facilitar o processo de avaliação, já que as ferramentas de desenvolvimento participativo geralmente são utilizadas no dia a dia dos executores de projetos socioambientais. Este trabalho pode ser útil para projetos que já estão em andamento, mas não se restringe apenas a este tipo de atuação.

O trabalho foi dividido em três partes. Na Parte 1 estão descritos os diferentes aspectos sobre avaliação de projetos. Também foram apresentadas algumas ferramentas participativas, suas vantagens e desvantagens, focando no uso como meios de avaliação. O intuito é mostrar que as ferramentas utilizadas em Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP) podem ser adaptadas para coletar informações sobre o funcionamento e o impacto de um projeto.

Ainda na Parte 1, foi sugerido um roteiro para a condução de uma avaliação. O roteiro é um ponto de partida básico e genérico sobre como fazer uma avaliação. Assim, ele pode ser adaptado a vários tipos de projetos que envolvem populações locais e as diversas formas de uso de recursos naturais.

A Parte 2 é a aplicação do roteiro sugerido na Parte 1. Foi feita uma avaliação do Projeto Turismo com Base Comunitária do IPÊ. Como esse surgiu para minimizar conflitos entre os diferentes grupos de atores que atuam no turismo da região, o escopo da avaliação foi baseado no relacionamento entre esses grupos de atores.

Por fim, a Parte 3 trabalhou com uma proposta aprovada por um financiador do Projeto de Turismo com Base Comunitária. Nessa parte, foram sugeridas

ferramentas participativas a serem utilizadas na avaliação de cada atividade apresentada dentro da proposta. O intuito é mostrar que é possível inserir atividades de avaliação mesmo depois que uma proposta já tenha sido aprovada por um financiador.

Dessa forma, se espera que este trabalho auxilie no processo dos projetos de intervenções socioambientais. Mesmo que muitas vezes avaliar projetos possa parecer uma atividade difícil, o processo avaliativo pode fomentar grande aprendizagem, além de proporcionar meios de aumentar a eficácia de cada etapa do que é desenvolvido. A visão e a clareza do que se pode atingir numa avaliação são incentivos para se continuar as intervenções de forma exitosa, principalmente quando se percebe as vantagens de se concluir processos que levam a melhora dos projetos como um todo.

Parte 1 – Avaliação de Projetos Socioambientais

1. Da pressão humana sobre os recursos naturais à atuação de instituições com seus projetos socioambientais

Apesar de ter levado milênios para que a população humana alcançasse um bilhão de habitantes (por volta de 1800), no último século a população triplicou. Éramos dois bilhões no início do século XX e hoje já somamos quase sete bilhões. O problema não está só no crescimento populacional acelerado, mas também em quão devastador tem sido a extração e utilização dos recursos naturais (Boersma, 2001; Meffe, *et al.*, 2006). Durante um longo período, pensava-se que os recursos naturais eram inesgotáveis e que o espaço era suficiente para permitir que os seres humanos ocupassem novas áreas sem comprometer o futuro das espécies (Dorst, 1973).

Atualmente, mais de 60% dos ecossistemas do mundo estão sendo usados de maneira insustentável (Millenium Ecosystem Assessment, 2000). Todos os biomas do planeta já foram modificados pela humanidade, alguns ao ponto do colapso (Meffe *et al.*, 2006). De acordo com o Relatório Planeta Vivo de 2008 (WWF, 2008), o nível de consumo dos recursos biológicos pela humanidade já excede em 30% a capacidade regenerativa da Terra. Consequentemente, espécies estão se extinguindo prematuramente, ciclos químicos e hidrológicos se encontram alterados, e o clima do planeta está desregulado (Meffe *et al.*, 2006).

A preocupação com a biodiversidade é recente e surgiu como consequência do impacto das atividades humanas sobre os ecossistemas. A primeira Unidade de Conservação criada no mundo foi o Parque Nacional de Yellowstone, em 1892, considerado um marco fundamental e estratégico de conservação de ambientes naturais (Brito, 2000). Durante muito tempo, essa foi a única estratégia usada para manter áreas naturais intactas.

A partir da década de 1960, a preocupação com a pressão humana sobre a natureza fomentou a organização do movimento ambientalista. Em 1968, aconteceu o manifesto do Clube de Roma, iniciando o debate contemporâneo sobre a questão ambiental. Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia) acabou por criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com o objetivo de gerenciar as atividades de proteção ambiental e o Fundo Voluntário para o Meio Ambiente. A Declaração da

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi baseada na necessidade de um pensamento comum e de princípios que inspirassem e orientassem as pessoas para a preservação e melhoria do ambiente humano (Lima, 2006). Foi a partir dessa conferência que muitos países iniciaram suas políticas ambientais (Santos, 2004).

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92, que reuniu 178 nações para debaterem temas voltados à conservação ambiental, à qualidade de vida na Terra e à consolidação política e técnica do desenvolvimento sustentável (Santos, 2004). Cinco acordos surgiram na Rio-92: a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Carta da Terra), a Declaração dos Princípios para Florestas, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, e a Convenção sobre Diversidade Biológica (Cordiani *et al.*, 1997; Santos 2004). Após a Rio-92, houve o fortalecimento do movimento ambientalista no mundo, mas nem assim foram resolvidas as pressões sobre os ambientes naturais.

As declarações, acordos e convenções que surgiram durante as Conferências das Nações Unidas são os documentos que direcionam as intervenções para diminuir a crise ambiental. Atualmente, existe um grande número de organizações conservacionistas internacionais, assim como nacionais e locais, sendo elas governamentais ou não, que trabalham para alcançar soluções para os problemas ambientais em todo o mundo.

2. Projetos Socioambientais

Cada vez mais as práticas de conservação ambiental focam no uso humano dos recursos (Meffe *et al.*, 2006). Assim, os projetos socioambientais visam conciliar ao mesmo tempo a conservação da biodiversidade e a melhoria das condições de vida das populações que vivem em torno das áreas naturais (Esterci *et al.*, 2004).

Um projeto é o conjunto de atividades executadas de maneira coordenada e planejada, com a finalidade de alcançar objetivos definidos. Um projeto deve ter início, meio e fim, e deve ser conduzido dentro de parâmetros predefinidos de tempo e recursos envolvidos (Margoluis & Salafsky, 1998; Rossi *et al.*, 2004; Vargas, 2005). Os projetos geralmente surgem para solucionar uma situação-problema. Durante o planejamento do projeto, é preciso determinar o foco, o objetivo e a área de análise,

para definir os atores sociais envolvidos (Campos *et al.*, 2002; Vargas, 2005). Considerando as diferentes percepções da realidade é indispensável que os atores envolvidos possam participar ativamente (Zimmermann, 2009). Para efeitos deste trabalho, assume-se que a tradução do termo em inglês “*stakeholder*” é “ator social”. Os atores sociais são, assim, as pessoas, grupos e instituições envolvidas direta ou indiretamente com o projeto (Margoluis & Salafsky, 1998). Outros termos que são utilizados em projetos estão na tabela 1, que foram baseados no texto de Margoluis & Salafsky (1998) e OECD (2002), reproduzidos a fim de contribuir para gestores de projetos.

Tabela 1: Glossário dos termos utilizados em projetos socioambientais.

| Termo | Definição | Termo em inglês |
|-----------------|--|------------------------|
| Metas | Um resumo geral do estado desejado que um projeto está trabalhando para alcançar. Uma boa meta é visionária, relativamente geral, curta, e mensurável. Termo relacionado: Objetivo Superior | <i>Goal</i> |
| Objetivos | Uma declaração específica, detalhando as realizações ou os resultados desejados de um projeto. Termo relacionado: Objetivos Específicos | <i>Objective</i> |
| Desempenho | Medida em que o projeto atua de acordo com critérios, normas e/ou diretrizes específicas ou atinge resultados de acordo com as metas estipuladas. | <i>Performance</i> |
| Efetividade | Capacidade que os resultados do projeto têm de produzir mudanças significativas e duradouras no público beneficiário. | <i>Effectiveness</i> |
| Eficácia | Capacidade demonstrada pelo projeto de atingir os objetivos e metas previamente estabelecidos. | <i>Efficacy</i> |
| Eficiência | Otimização na aplicação dos recursos financeiros e materiais em relação aos resultados alcançados pelo projeto. | <i>Efficiency</i> |
| Beneficiários | Os indivíduos, grupos, ou organizações que são beneficiados direta ou indiretamente pelo desenvolvimento de um projeto. | <i>Beneficiaries</i> |
| Insumos | Recursos financeiros, humanos e materiais empregados em uma intervenção | <i>Input</i> |
| Impacto | São os efeitos em longo prazo, produzidos por uma intervenção, sejam eles positivos ou negativos, primários ou secundários, diretos ou indiretos. | <i>Impacts</i> |
| Efeito | Mudança intencional ou não, devido a uma intervenção direta ou indireta. Termos relacionados: resultados, efeitos diretos | <i>Effect</i> |
| Efeitos Diretos | Representa o conjunto de resultados em curto e médio prazo prováveis ou atingidos pelos produtos da intervenção. | <i>Outcome</i> |
| Produtos | Compreendem aos produtos, bens de capital e serviços que resultam de uma intervenção. Pode incluir também as mudanças resultantes da intervenção que são pertinentes para o alcance dos efeitos diretos. | <i>Outputs</i> |
| Resultados | Produtos, efeitos ou impactos de uma intervenção. | <i>Results</i> |

Fonte: Margoluis & Salafsky (1998); OECD (2002).

No caso de projetos socioambientais, o esforço é direcionado para minimizar um problema ambiental e melhorar as condições sociais (Rossi *et al.*, 2004). Um mecanismo utilizado para se trabalhar com grupos sociais é baseado na participação. A participação é um processo por meio do qual os indivíduos e as instituições afetadas por projetos podem influenciar a tomada de decisões e a alocação dos recursos relacionados com esses projetos. Portanto, a participação visa o envolvimento dos atores em todos os processos de um projeto, inclusive na avaliação. É através do monitoramento e da avaliação que as organizações executoras e os atores sociais aprendem com o projeto (Brose, 2001), e que se aprimoram do conhecimento sobre sua execução, contribuindo para seu planejamento futuro (Reis, 2009).

3. Avaliação

Projetos socioambientais devem ser constantemente avaliados para melhorarem seus processos de tomada de decisão e ajustarem as linhas de intervenção (Brasil, 2004). Avaliações constantes permitem que os envolvidos nas atividades do projeto tenham maior consciência e clareza de seu papel na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais (Gomes, no prelo).

A avaliação é a análise sistemática e objetiva do planejamento, implementação e/ou resultados de um projeto, e contribui para determinar a pertinência dos objetivos, assim como a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade para o desenvolvimento do projeto (OECD, 2002). A avaliação é dirigida para a coleta, análise, interpretação e comunicação de informações (Rossi *et al.*, 2004), permitindo comparar os impactos reais de um projeto com o seu planejamento inicial (Shapiro, 2009). A avaliação também permite adquirir informações sobre a evolução de um projeto, e dar direcionamentos para alcançar os resultados esperados. Através da avaliação é possível decidir se os objetivos e procedimentos operativos devem ser reformulados ou mantidos (Reis, 2009). Assim, o processo de avaliação deve levar em consideração: i) a necessidade do projeto; ii) o desenho do projeto; iii) a implementação e entrega de resultados; iv) resultados e impactos do projeto; e v) eficiência do projeto (Rossi *et al.*, 2004).

A demanda pela avaliação de projetos socioambientais executados principalmente pelas organizações da sociedade civil vem crescendo de forma significativa no

âmbito mundial. Essa demanda é proveniente de governos, empresas e agências internacionais que financiam os projetos, e das próprias organizações executoras (Frasson, 2001; Banco Mundial, 2004; Ferrari, 2004; Newcomer *et al.*, 2004). A avaliação de atividades de um projeto fornece uma forma de aprender com experiências anteriores, para melhorar a prestação de serviços, e ainda no planejamento e na alocação de recursos (Banco Mundial, 2004; Newcomer *et al.*, 2004). No entanto, tem sido cada vez mais difícil demonstrar o impacto dos projetos que envolvem conservação e desenvolvimento (Margoluis & Salafsky, 1998), uma vez que esses projetos envolvem questões complexas sobre a cultura de populações locais, ao mesmo tempo que tentam amenizar o impacto sobre as áreas naturais.

As agências financiadoras e as executoras enfrentam inúmeras dificuldades para avaliar os projetos. Um dos desafios refere-se ao fato de que avaliar desempenho e participação em projetos deve levar em consideração as percepções e interpretações pessoais dos atores sociais sobre suas relações e seus conflitos, o que nem sempre é fácil (Gomes, no prelo). Segundo Frasson (2001), existe uma resistência dos atores sociais envolvidos quando se trata de mensurar resultados, pois eles “relutam em avaliar o que realizam por considerarem que o valor das atividades é intrínseco e evidente”.

Além disso, é necessário considerar que os projetos estão se tornando cada vez mais complexos em seu desenho e implementação (Margoluis & Salafsky, 1998; Frasson, 2001), por se perceber que são muitos os aspectos a serem contemplados. Isso está presente no próprio caráter dos projetos socioambientais, cujos aspectos qualitativos tendem a prevalecer sobre aspectos quantitativos. Um complicador comum é que raramente se elabora um plano de monitoramento e avaliação durante o planejamento do projeto. Outro desafio é a escolha de instrumentos para se adotar a avaliação (Reis, 2009).

Geralmente, as atividades de avaliação são realizadas de forma mecânica pelos executores de projetos, como apenas para se cumprir exigências, e são vistas como uma forma de controle e fiscalização dos financiadores. Raramente se constitui num processo interativo e comumente as análises das informações são superficiais, quando realizadas. Além disso, o modo informal com que muitas dessas organizações são geridas, sem dispor de um suporte de registros e controles contábeis, faz com que os resultados não sejam compartilhados e pouco difundidos.

Ainda menos frequente, os resultados são utilizados para se melhorar o que se oferece.

As avaliações devem ser realizadas por várias razões práticas: i) auxiliar as decisões referentes à pertinência do projeto, ou seja, se o projeto deve ser mantido, melhorado, expandido ou descontinuado; ii) verificar a necessidade de novos projetos e iniciativas; iii) aumentar a eficácia de gerenciamento e administração geral ou de cada etapa; e iv) satisfazer os requisitos de contabilidade para os financiadores (Rossi *et al.*, 2004). A avaliação inclui o monitoramento contínuo de projetos, bem como estudos pontuais dos processos ou impactos de projeto (Newcomer *et al.*, 2004).

3.1. Monitoramento

O monitoramento de um projeto é um processo sistemático e contínuo de documentação dos principais aspectos do desempenho do mesmo. Ou seja, o monitoramento nada mais é do que uma avaliação contínua, que propicia informações do que está surtindo efeito e deve ser ajustado. O monitoramento é essencial em projetos que duram muito tempo, e não são apenas intervenções pontuais (European Communities, 2006).

O monitoramento geralmente mede o desempenho dos processos e/ou os resultados parciais de um projeto (Rossi, *et al.*, 2004). Quando relacionado ao processo, o monitoramento se torna uma avaliação que é feita periodicamente, para verificar se o projeto está sendo bem executado em relação à gestão dos esforços e recursos para realizar suas tarefas essenciais, ou seja, se o andamento do projeto está de acordo com o planejado. Já o monitoramento de resultados é a medição contínua dos resultados parciais obtidos ao longo da execução do projeto, para verificar se estão de acordo com os resultados esperados do projeto (Rossi *et al.*, 2004).

O monitoramento permite melhorar a eficiência e a eficácia do projeto, baseado nos objetivos e atividades sugeridos durante as fases de planejamento do trabalho. Se feito corretamente, é uma ferramenta inestimável para a boa gestão e fornece uma base útil para avaliação (Shapiro, 2009).

A participação dos atores sociais no monitoramento auxilia na coleta e no registro das informações. No entanto, o monitoramento participativo requer empenho, interesse e disponibilidade de tempo dos atores envolvidos, principalmente dos

gestores do projeto, e pode ser necessária a capacitação para o desenvolvimento dessa habilidade de modo a se evitar risco de registro de informações incorretas.

3.2. Tipos de Avaliação

Existem diferentes tipos de avaliação de projetos socioambientais, dependendo do momento em que se realiza, e da função da avaliação (tabela 2). Além disso, a avaliação pode ser quantitativa ou qualitativa, dependendo do tipo de informação coletada. Existe uma classificação de acordo com o relacionamento entre o avaliador e os demais atores sociais, incluindo os executores do projeto.

Tabela 2: Tipos de avaliação quanto ao momento e a função da avaliação.

| Tipo de Avaliação | Características |
|--------------------------|---|
| Linha de Base | Feita no início do projeto; Caracteriza a situação antes da aplicação do projeto; Permite elaborar possíveis cenários futuros; Levanta as expectativas dos atores sociais. |
| Avaliação de Processos | Ocorre durante a realização do projeto; Analisa o alcance de resultados intermediários e dá suporte à tomada de decisão sobre rumos futuros do projeto; Verifica se os resultados já são percebidos pelos beneficiários do projeto. |
| Avaliação de Resultados | Feita após o término do Projeto; Analisa o alcance do impacto do projeto e as lições aprendidas; Visa compreender se o projeto atingiu seu objetivo. |

A avaliação pode ser feita no início, meio e fim do projeto. A avaliação feita no início ou antes mesmo do projeto começar é conhecida como linha de base ou marco zero. A linha de base descreve a situação encontrada antes da intervenção do projeto. A partir dessa análise é possível fazer projeções de cenários futuros, o que pode auxiliar no planejamento de um projeto. A linha de base também é útil na caracterização dos beneficiários do projeto, o que facilita delimitar como este poderá ajudar a alcançar a transformação desejada de acordo com a realidade inicial (Gomes, no prelo). Além disso, os mesmos métodos de coleta e análise de dados usados para fazer a linha de base podem ser utilizados nas avaliações do projeto. Portanto, será possível fazer comparações entre o estado inicial anterior à implementação de um projeto e as condições subsequentes à sua execução (UNFPA, 2004).

Durante a execução do projeto, é possível se fazer uma avaliação de processos, também conhecida como avaliação formativa, na qual se elabora indicadores para verificar a eficácia dos meios e estratégias escolhidas no projeto. A avaliação de

processos indica a eficácia de cada etapa implementada (Pádua *et al.*, 2003). Ou seja, permite a verificação dos passos dados na execução das atividades, e a correção de erros durante a execução (Gomes, no prelo). De acordo com Marino (2003), a avaliação de processos “compreende, além do monitoramento contínuo das atividades, a reflexão frequente sobre as dinâmicas internas e externas da equipe responsável, isto é, as relações entre os membros da equipe e sua interação com atores sociais”.

A avaliação feita após o término do projeto pode ser chamada de avaliação de resultados, avaliação de performance, avaliação de impacto, avaliação de desempenho, ou avaliação somativa. Ela serve para verificar os resultados reais do projeto (UNFPA, 2004) e procura sistematizar os resultados e conhecimentos gerados após o término do mesmo (Brose, 2001). A avaliação de resultados requer indicadores definidos, isto é, critérios norteadores do sucesso ou insucesso de um projeto (Marino, 2003). As avaliações de resultado focam em indicadores relacionados ao alcance do objetivo geral do projeto, ou seja, se o projeto causou alguma mudança no médio e longo prazo (Gomes, no prelo). Em sumo, o que se avalia é se as atividades previstas foram cumpridas e com que resultados. Essa avaliação pode ser feita logo após seu término ou algum tempo depois do projeto ter sido completado (Gomes, no prelo). Muitos autores consideram fundamental que todos os que participaram direta ou indiretamente sejam ouvidos e que a metodologia utilize parâmetros quantitativos ou qualitativos de resultados (Marino, 2003; Padua *et al.*, 2003).

Em relação ao tipo de informação coletada, a avaliação pode ser quantitativa e qualitativa. As informações quantitativas são aquelas que podem ser expressas em números, dando uma visão objetiva a qualquer um que tenha acesso aos dados (Marino, 2003). Os métodos quantitativos usam medidas predeterminadas que se ajustam a diferentes opiniões e experiências em categorias de resposta. A vantagem da abordagem quantitativa é que é possível medir as reações de um grande número de pessoas a um conjunto limitado de questões e a um menor custo (Patton, 1987; Zimmermann, 2009). É possível se fazer análises estatísticas, permitindo, assim, a comparação e generalização dos resultados (Patton, 1987).

A avaliação qualitativa tem caráter descritivo e envolve percepções, experiências vivenciadas, opiniões, sentimentos e conhecimentos adquiridos pelos envolvidos no projeto (Patton, 1987). Os métodos qualitativos permitem que o avaliador levante informações com mais detalhes e profundidade. Isto se deve ao fato de que a coleta

de dados não é restrita por categorias de análise pré-determinadas. A abordagem qualitativa normalmente fornece dados detalhados sobre um número pequeno de pessoas e processos (Patton, 1987).

Uma avaliação qualitativa permite compreender com maior profundidade as questões, situações e eventos, pois expressa valores e referências não objetivas, como por exemplo, o sentimento das pessoas envolvidas. As informações qualitativas são dados mensuráveis, porém não numéricos (Marino, 2003), mesmo que possam se transformar em valores numéricos. Há limitações para a generalização da explicação de certas situações, podendo a avaliação qualitativa implicar em mais tempo e/ou custo do que uma avaliação quantitativa. Dados qualitativos podem ser apresentados isoladamente ou em combinação com dados quantitativos (Patton, 1987).

Um aspecto crítico, e frequentemente negligenciado, do plano de monitoramento e avaliação (M&A) envolve a definição do tipo de relacionamento apropriado entre o avaliador, o executor do projeto e os atores sociais envolvidos. Existem três tipos principais de avaliação levando em conta o nível de participação dos atores sociais: avaliação independente, avaliação participativa ou colaborativa, e avaliação de empoderamento. A escolha do tipo de avaliação depende de quem a está demandando (Rossi *et al.*, 2004).

A avaliação independente é aquela em que o avaliador é o responsável pelo planejamento, condução da avaliação, e divulgação dos resultados. Geralmente, o avaliador é contratado pela agência financiadora ou executora do projeto. A contratante estipula as finalidades e a natureza da avaliação, mas deixa para o avaliador fazer o planejamento detalhado e a responsabilidade de realizar a avaliação. “Em tais casos, no entanto, o avaliador pode consultar uma gama de atores sociais para dar-lhe alguma influência na modelação da avaliação” (Rossi *et al.*, 2004).

Já uma avaliação participativa ou colaborativa deve ser organizada como um projeto de equipe. A equipe deve ser composta pelo avaliador e representantes dos diferentes grupos de atores sociais. Os atores sociais participantes devem estar diretamente envolvidos no planejamento, condução e análise dos resultados da avaliação. O avaliador, neste caso, tem a função de liderar a equipe ou ser apenas um consultor quando houver necessidade (Rossi *et al.*, 2004).

A avaliação de empoderamento é planejada com o intuito de desenvolver as capacidades de participação dos atores sociais. A função do avaliador, nesse caso,

inclui consulta e facilitação orientadas para capacitar os participantes em desenvolver suas próprias avaliações, utilizar os resultados para influenciar mudanças e promover o fortalecimento individual ou do grupo para que eles se sintam no controle do projeto que afeta suas vidas. O processo de avaliação, portanto, não é apenas dirigido para produzir informações úteis para o projeto, mas também para aprimorar o autodesenvolvimento, o engajamento e a influência política dos participantes (Rossi *et al.*, 2004).

Desta forma, antes de se iniciar uma avaliação, deve-se levar em consideração em que ponto do projeto ela será realizada, que tipo de informação será coletada e qual o tipo de relacionamento com os demais participantes. Para que a avaliação possa alcançar seus objetivos, é necessário que se estabeleçam previamente alguns indicadores.

3.3. Indicadores

Indicadores são instrumentos de medida que verificam se os resultados propostos foram alcançados (São Paulo, 2005). Os indicadores possibilitam aferir e traduzir aspectos relacionados a um determinado evento, fenômeno ou impacto resultante de uma transformação de uma realidade (Valarelli, 2009). Avaliadores e executores de projetos no mundo inteiro buscam definir indicadores que contribuam para o processo de avaliação de projetos socioambientais. Entretanto, existe consenso de que os indicadores variam em função da natureza do projeto e de seus objetivos propostos (São Paulo, 2005).

Os indicadores funcionam como um sinalizador que busca expressar algum aspecto da realidade sob uma forma que se possa observar ou mensurar. Eles indicam o que se está passando, mas não são a própria realidade. Baseiam-se na identificação de uma variável, ou seja, algum aspecto que varia de estado ou situação (Valarelli, 2009; Campos *et al.*, 2002).

Os indicadores podem ser expressos em número, percentual, índices, descrição de processos ou fatos que indiquem a mudança de uma condição específica (Valarelli, 2009). Existem indicadores quantitativos, que medem os resultados de forma numérica e pragmática e indicadores qualitativos, que refletem resultados subjetivos, os quais são mais difíceis de se medir. Pode existir mais de um indicador para cada resultado do projeto (São Paulo, 2005).

Também é possível classificar os indicadores como sendo tangíveis e intangíveis. Indicadores tangíveis são os que apresentam aspectos facilmente observáveis e aferíveis quantitativa ou qualitativamente. Os intangíveis são aqueles que só podem captar parcial e indiretamente algumas manifestações que apresentaram mudanças (Valarelli, 2009). Os indicadores podem ser averiguados utilizando diferentes ferramentas que serão descritas a seguir.

4. Ferramentas para a Avaliação

4.1. Sistemas de Gestão de Projetos

Algumas instituições financiadoras sugerem a utilização de metodologias de planejamento e gestão de projetos que incluem os processos de monitoramento e avaliação. Em meados da década de 1960, a Agência de Cooperação Técnica Americana (USAID, em inglês, *United States Agency for International Development*) percebeu que era muito difícil para os projetos de cooperação internacional mostrarem sua efetividade. Na tentativa de superar o problema, a USAID passou a utilizar metodologia chamada Enfoque do Quadro Lógico. A partir da década de 1980, outras organizações de cooperação técnica, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a Cooperação Técnica Canadense (CIDA, em inglês, *Canadian International Development Agency*), passaram a utilizar a ferramenta (Pfeiffer, 2000).

O Quadro Lógico (QL) constitui-se em uma ferramenta de gestão por resultados que auxilia na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos. Tem origem na Estrutura Lógica (*Logical Framework*) desenvolvida pelo Departamento de Defesa Norte Americano, no final dos anos 1960 (Zimmermann, 2009). O QL é uma matriz elaborada no processo de estruturação dos elementos de um projeto e que pretende definir e mostrar o êxito do mesmo na sua fase do planejamento. O QL define desde o início os indicadores que deverão ser utilizados para a avaliação. Na matriz, cada resultado e objetivo são vinculados a um indicador que, por sua vez, está vinculado a uma fonte de comprovação (Pfeiffer, 2000; Banco Mundial, 2004). A metodologia utiliza indicadores de desempenho, o que pode se limitar a metas quantitativas.

Nos anos 90, a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ, em alemão, *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*), em busca de integrar avaliação com

processos participativos, criou o método ZOPP (Planejamento de Projeto Orientado para Objetivos, em alemão, *Zielorientierte Projektplanung*). A inovação do ZOPP em relação ao QL é que o método ZOPP utiliza o Quadro Lógico de forma participativa (Pfeiffer, 2000).

Varias instituições financiadoras sugerem a utilização do QL na gestão de projetos, entre elas o Banco Mundial, a USAID, a JICA (Agência de Cooperação Técnica Japonesa, em inglês, *Japan International Development Agency*), Embaixada Britânica e a CIDA. Entretanto, apesar da estrutura ser muito parecida, a terminologia do QL pode variar entre as instituições, como mostra a tabela 3.

Tabela 3: Quadro de equivalência de elementos conceituais do Quadro Lógico entre as Instituições Financiadoras. GTZ – Agência de Cooperação Alemã (*Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit*); USAID - Agência de Cooperação Técnica Americana (*United States Agency for International Development*); BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento; BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; CIDA - Agência de Cooperação Técnica Canadense (*Canadian International Development Agency*).

| | GTZ (ZOPP) | USAID | BIRD | BID | CIDA |
|--------------------------------|--------------------------------|---|------------------------------------|--|-------------------------------------|
| Quadro Lógico | Matriz de planejamento | Matriz Lógica | Matriz do Marco Lógico BIRD | Marco Lógico | Matriz Lógica por Resultado Impacto |
| Objetivo Superior | Finalidade/ Objetivo Superior | Objetivo Estratégico | Objetivo Superior/ Desenvolvimento | Finalidade | |
| Objetivo do Projeto Resultados | Objetivo do Projeto Resultados | Objetivo do Projeto Resultado Intermediário/ Produtos | Objetivo Imediato Produtos | Propósito do Projeto Componentes do Projeto | Efeito Produtos |
| Ações | Atividades | Atividades | Atividades | Atividades | Atividades |

Fonte: Zimmermann, 2009.

Outra ferramenta utilizada em gestão de projetos é a Abordagem de Meios de Vida (*Livelihood Approach*). Essa abordagem teve origem no trabalho de Robert Chambers, em meados dos anos 80, e evoluiu com Chambers, Conway e outros, no início da década de 1990. A abordagem de Meios de Vida se baseia em um diagrama, que apresenta as principais variáveis que afetam a vida cotidiana das pessoas e as relações mais comuns entre essas variáveis. O diagrama pode ser utilizado na avaliação da contribuição das ações para a sustentabilidade dos meios de vida (DFID, 2001). A abordagem é uma forma de refletir sobre os objetivos, o alcance e as prioridades das atividades para o desenvolvimento.

Existem outras estratégias de planejamento de projetos como o Planejamento Estratégico Situacional (PES) utilizado pela Fundação Altadir do Chile, a Gestão de

Projetos com Base em Resultados, da CIDA, e a Teoria de Mudanças (*Theory of Change*), usada pela IUCN (União Mundial para a Conservação da Natureza, em inglês, *International Union for Conservation of Nature*). Essas estratégias de planejamento geraram muitos planos de avaliação e monitoramento nos projetos e programas que ajudaram a sedimentar esses níveis de avaliação participativa (Gomes, no prelo). No entanto, muitos desses planos de avaliação e monitoramento só podem ser seguidos se o projeto estiver organizado de acordo com a estratégia de planejamento.

4.2. Ferramentas participativas de Diagnóstico Rápido Participativo

O processo de avaliação pode utilizar métodos de pesquisa das ciências sociais para investigar sistematicamente a efetividade de um projeto (Rossi *et al.*, 2004). As ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo podem ser adotadas de forma efetiva na tomada de decisões em relação a projetos socioambientais (Margoluis e Salafsky, 1998), já que essas ferramentas se propõem a captar e representar a complexidade da realidade da área onde será aplicado o projeto (Faria & Ferreira Neto, 2006). As ferramentas de DRP foram delineadas para encorajar o envolvimento máximo dos participantes durante a coleta de dados (Margoluis e Salafsky, 1998). As ferramentas mais aplicadas para avaliação de projetos são: entrevistas com informantes-chave, discussões com grupo-foco, *ranking*, observação-participante, e mapeamentos (Margoluis e Salafsky, 1998).

Foram selecionadas estas e outras ferramentas participativas que podem ser utilizadas em atividades de avaliação de projetos socioambientais (tabelas 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10). As entrevistas e diálogos (tabela 4) podem ser utilizados em conjunto com outras ferramentas, e podem ser aplicadas a diferentes grupos (tabela 5). Algumas ferramentas são utilizadas para verificar o impacto de projeto propriamente dito (tabela 6). Outras podem ser específicas para verificar mudanças ao longo do tempo (tabela 7), ou no relacionamento entre diferentes grupos de atores sociais (tabela 8). As ferramentas de *Ranking*, Estímulos Visuais e Chuva de Idéias (tabela 9) podem ser agregadas a outras ferramentas mais específicas. Também é possível utilizar ferramentas de mapeamento participativo e, assim, avaliar mudanças espaciais ao longo do tempo (tabela 10). Neste caso, as ferramentas devem ser utilizadas junto aos atores sociais e devem levar em consideração a opinião de todos os participantes.

Tabela 4: Tipos de entrevistas usadas para a coleta de dados em projetos que envolvem grupos sociais.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens | Variações |
|---|---|--|---|--|
| Entrevista Estruturada | São perguntas específicas para obter informações (Shapiro, 2009). As perguntas devem estar relacionadas aos indicadores da avaliação. Podem ser utilizadas questões abertas ou fechadas (com respostas "sim" ou "não"). São fontes de informações quantitativas e qualitativas. | Podem ser usadas com qualquer pessoa que tenha algum envolvimento com o projeto. Podem ser feitas pessoalmente, por telefone ou até por e-mail. Os questionários permitem ganhar tempo se forem completados pelos entrevistados, possibilitando atingir um grande número de pessoas. Isto possibilita fazer um levantamento em que o entrevistado se mantém no anonimato e assim responde com maior sinceridade (Shapiro, 2009). | Em entrevistas feitas pessoalmente, o entrevistador deve ter alguma habilidade. Em questionários escritos, se o entrevistado for analfabeto, é necessário que alguém auxilie nas respostas, o que significa que não se está economizando tempo e o número de pessoas entrevistadas pode diminuir. Não é possível explorar o que as pessoas têm a dizer além das respostas de cada pergunta. Essa ferramenta já foi utilizada exaustivamente, pode se tornar monótona e as respostas podem ser manipuladas pelo entrevistado. É necessário fazer pilotos dos questionários para assegurar que as questões possam ser entendidas e não serem confusas. Se um questionário é complexo e será tabulado em computador, a ajuda de um profissional é recomendada (Shapiro, 2009). | Questionário Visualizado: Estabelece rapidamente a opinião dos participantes com base em uma série de perguntas ou temas. Não se trata de votar, mas de indicar sua opinião com opções simples (p.ex: satisfeito; insatisfeito). É particularmente útil com participantes analfabetos, para determinar sua opinião baseado em um questionário pré-estruturado (Geilfus, 1997). Relatórios de campo: são formulários de relatório estruturados que garantem perguntas relacionadas com indicadores e observações sejam registradas a cada visita. São flexíveis, baratos e não consomem muito tempo, por ser uma extensão do trabalho normal. Por outro lado, dependem da disciplina e critérios do pesquisador (Shapiro, 2009). |
| Entrevista ou Diálogo Semi estruturado | O objetivo desta ferramenta é coletar informação geral ou específica mediante diálogos com os participantes. Evita alguns dos efeitos negativos dos questionários formais. Utiliza-se um roteiro com tópicos indicativos para guiar a conversa (Geilfus, 1997). | Esta ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente sem as limitações criadas por um questionário (Verdejo, 2006). | A discussão muito livre dificulta a tabulação dos dados e a comparação com outros entrevistados. Além disso, quando se tem pouco tempo para a coleta de informações, essa ferramenta pode não ser adequada, já que o diálogo aberto pode ser longo . | - |

Tabela 5: Diferentes tipos de grupos que podem ser abordados em entrevistas para levantamento de dados.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens |
|--|--|---|--|
| Diálogo com grupos familiares | O diálogo/entrevista é feito com uma família (Geilfus, 1997). | As pessoas podem se ajudar a lembrar de informações, e também elimina diferenças de gênero e idade. | Pode ocorrer de apenas um membro da família responder as perguntas. |
| Diálogo com grupo-foco ou grupo de trabalho | Baseia-se em organizar as pessoas com interesses e condições comuns, para desenvolver um tema específico dentro dos problemas e alternativas identificados (Geilfus, 1997). Envolve o encontro de beneficiários onde dúvidas, problemas, situações são colocados para levantar indicadores. As questões trabalhadas podem ser focadas em um tópico específico (Shapiro, 2009). | Permite dividir um grupo grande em diferentes categorias de interesses. Além disso, permite agrupar pessoas de opiniões semelhantes e comparar com outros grupos. Também permite que pessoas interessadas em um tema que não é de interesse geral possam se expressar (Geilfus, 1997). São úteis para captar opiniões de uma amostra grande de pessoas do grupo sobre questões específicas (Shapiro, 2009). | É difícil fazer amostragem aleatória para o grupo-foco, o que poderia excluir pessoas que não estão diretamente ligadas ao tema, mas que podem ter informações e opiniões relevantes. Isso significa que as conclusões não podem ser generalizadas (Geilfus, 1997). Além disso, as pessoas podem influenciar nas respostas umas das outras. Atividades com grupos-foco devem ser gravadas e transcritas, o que requer equipamentos especiais e pode ser muito demorado. A atividade exige um facilitador muito experiente (Shapiro, 2009). |
| Diálogos com Informantes-chaves | Dão-se através de conversas com especialistas sobre algum tema ou alguém capaz de explicar determinado processo (Shapiro, 2009). | Como geralmente os informantes-chave não se relacionam com o projeto ou com a organização, eles podem ser objetivos e ter idéias úteis. Eles podem fornecer informações gerais enquanto pessoas envolvidas com o projeto podem se apegar a detalhes (Shapiro, 2009). | Não é um método participativo propriamente dito, já que seleciona algumas pessoas para a coleta de informações (Geilfus, 1997). É necessário que o entrevistador tenha conhecimento sobre o tema questionado. É preciso ter cuidado para não transformar algo em uma verdade absoluta (não pode ser contestado) porque foi dito por um informante-chave. A má seleção dos informantes pode gerar informações irreais (Shapiro, 2009). |

Tabela 6: Ferramentas participativas utilizadas para análise de impacto de uma intervenção.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens |
|---|--|---|--|
| Fluxograma de Análise de Impacto | Análise inicial com os membros da comunidade ou outros atores sociais, para levantar as consequências possíveis ou prováveis da implementação de um projeto ou de uma ação específica. | O produto é um fluxograma similar à árvore de problemas, mas é geralmente mais concreto e mais fácil de fazer. Pode servir de base para decisões importantes enquanto à implementação. | Ferramenta apenas prediz possíveis consequências do projeto, o que pode não se tornar realidade após a aplicação do projeto. |
| Observação Participante | O pesquisador observa o grupo em sua atividade cotidiana, participando de algumas atividades para adquirir uma compreensão mais profunda e produzir argumentos e informações de forma mais espontânea (Geilfus, 1997). | É uma boa forma de avaliar a execução de um projeto de forma mais autônoma, sem a participação de extensionistas. Além disso, pode gerar indicações de possíveis atividades a serem trabalhadas com a comunidade (Geilfus, 1997). | Não gera informações detalhadas ou quantitativas (Geilfus, 1997). |

Tabela 7: Ferramentas para análise de mudanças provocadas por uma intervenção ao longo do tempo.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens |
|--|--|---|---|
| Calendário Sazonal | Representa o calendário de atividades ao longo de épocas ou estações do ano (Geilfus, 1997). É possível comparar fatos ocorridos, ciclos históricos e diferenças estacionais que marcaram determinados aspectos da realidade (Faria & Ferreira Neto, 2006). | São úteis para ilustrar relações entre diferentes atividades e mudanças estacionais (Geilfus, 1997). São muito utilizados para atividades agrícolas. | A avaliação deve ser feita em longo prazo, já que fatores climáticos podem variar de um ano para o outro. |
| Diagrama Histórico e Linha do Tempo | São ferramentas que possibilitam saber quais foram as mudanças significativas no passado de uma comunidade, as quais têm sua influência nos eventos e atitudes do presente. Requerem a participação dos moradores mais antigos da comunidade. as mudanças que ocorreram aos recursos naturais, para ajudar a entender os problemas atuais (Geilfus, 1997). | Permite levantar aspectos históricos que causaram uma mudança de comportamento na população. Também permite avaliar tendências e fazer previsões para o futuro. | Depende da memória dos moradores antigos, muitas vezes idosos (Geilfus, 1997). |
| Matriz Histórica | É uma matriz onde se colocam os fatos ocorridos, os ciclos históricos, as diferenças sazonais que marcam determinados aspectos da realidade, como chuvas, doenças, variações da população, disponibilidade de recursos financeiros ou naturais, entre outros (Faria & Ferreira Neto, 2006). | A ferramenta permite analisar a evolução histórica de determinados aspectos (Faria & Ferreira Neto, 2006). | Depende da memória dos moradores antigos, muitas vezes idosos. |
| Linhas de tendências | Esta técnica baseia-se em representações gráficas simples, que permitem identificar e visualizar as mudanças ou acontecimentos mais significativos em relação ao que se deseja analisar, bem como as tendências futuras. (Agência de Cooperação Espanhola & FAO, 2004). | Podem ser feitos gráficos para cada linha de tendência ou pode-se executar várias linhas no mesmo gráfico para compará-las (Agência de Cooperação Espanhola & FAO, 2004). | Os gráficos podem se tornar difíceis de serem entendidos. Também dependem da memória dos participantes. |

Tabela 8: Ferramentas que podem ser usadas para análise de interação entre diferentes instituições ou grupos de atores sociais.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens |
|-----------------------------|--|---|--|
| Mapa de intercâmbios | Desenvolve uma descrição gráfica dos intercâmbios que ocorrem dentro e fora da comunidade. Busca descrever os fluxos de intercâmbio relacionados com determinada atividade social. Permite incluir aspectos como intercâmbios comerciais, e por outro lado, identificar canais formais e informais de comunicação (Geilfus, 1997). | É possível analisar os problemas nas relações dos diferentes grupos sociais. | - |
| Diagrama de Fluxo | Como representação de caminhos, coloca em discussão o movimento do que entra e sai, seja em relação a uma localidade, a um sistema produtivo ou a qualquer outro espaço físico. | Inclui outras relações que não são comerciais. É possível analisar os problemas nas relações dos diferentes grupos sociais. | - |
| Diagrama de Venn | Diagrama de círculos de diferentes tamanhos, dispostos de forma a representar as relações existentes entre os círculos. Cada círculo irá representar, com palavras e/ou desenhos, um grupo (formal ou informal) da sociedade em questão. O tamanho do círculo representará o poder do referido grupo, ou seja, sua capacidade efetiva de atingir seus objetivos. Quanto maior o poder, maior o tamanho do círculo. | Permite representar as relações com os diferentes grupos instituições. É a ferramenta mais utilizada para classificar o relacionamento entre diferentes grupos sociais. | Podem incluir instituições que não estão relacionadas com a atividade foco da Avaliação. |

Tabela 9: Diferentes ferramentas que podem ser utilizadas em avaliação de projetos.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens |
|--------------------------------|---|--|--|
| Ranking | Os participantes classificam o que se está sendo monitorado a partir de notas (números) ou classes pré-determinadas (Shapiro, 2009). | Pode ser usado com indivíduos e grupos, como parte de um diálogo ou questionário, como uma sessão separada, ou dentro de outra ferramenta (como por exemplo, em uma matriz de comparação). imagens podem ser usadas quando as pessoas não souberem ler e escrever (Shapiro, 2009). | É um conceito difícil transmitir e exige explicação muito cuidadosa, bem como os testes para garantir que as pessoas compreendam o que se está pedindo. Uma má interpretação pode gerar dados distorcidos (Shapiro, 2009). |
| Estímulos visuais/áudio | Utiliza imagens, filmes, fitas, histórias, peças de teatro, fotografias, usadas para ilustrar problemas ou questões ou acontecimentos passados ou até mesmo futuros eventos (Shapiro, 2009). | Muito útil para usar em conjunto com outras ferramentas, especialmente com pessoas que não são aptos a ler ou escrever (Shapiro, 2009). | É preciso ter estímulos adequados e o facilitador deve ser qualificado para o uso de tais estímulos (Shapiro, 2009). |
| Chuva de idéias | É uma técnica que permite obter informação pertinente, de forma rápida, trabalhando em assembléia, ou com um grupo reduzido de gente diretamente envolvida na problemática estudada (grupo foco). Pode ser utilizada para levantar possíveis indicadores para a avaliação do projeto (Geilfus, 1997). | Busca coletar todas as idéias e percepções das pessoas e é um exercício rápido. | Temas muito abertos podem ser difíceis de tabular. |

Tabela 10: Ferramentas que podem ser usadas junto a atores sociais para projetar de cenários.

| Ferramenta | Definição | Vantagens | Desvantagens |
|---|---|--|--|
| Cenários | São histórias criativas sobre o futuro. Os participantes desenvolvem histórias realísticas de possíveis resultados baseados em forças direcionadoras e incertezas de hoje. A intenção dos Cenários é considerar uma variedade de possíveis situações futuras em vez de focar em uma previsão acurada de uma única possibilidade (Evans et al., 2006). | Inclui incertezas e complexidade e pode ser feito para longo prazo. Além disso, essa ferramenta pode ser usada para identificar problemas futuros, possibilitando desenvolver a capacidade de planejamento (Evans et al., 2006). | Os participantes podem expressar apenas seus desejos sobre o futuro, ignorando tendências negativas mais realistas. |
| Análise de Tendências ou Projeções | São previsões do futuro baseadas em tendências atuais. As projeções são geralmente mais analíticas do que criativas, que calculam uma única possibilidade de resultado de uma tendência atual ou uma média de possibilidades estatísticas (Evans et al., 2006). | São ideais para identificar problemas futuros (Evans et al., 2006). | Geralmente só é possível fazer projeções em curto prazo, e não consideram incertezas, imprevistos e complexidade (Evans et al., 2006). |
| Trajatórias | Ajuda os participantes a construir uma ponte entre o presente e um futuro desejado, imaginando estratégias específicas e passos de ação. Trajetórias frequentemente seguem outros métodos de pensar sobre o futuro, como Visualização e Cenários (Evans et al., 2006). | Desenvolve a capacidade de planejamento (Evans et al., 2006). | Produz um cenário ideal e não real (Evans et al., 2006). |
| Visualização | É uma forma das pessoas considerarem um único futuro – o futuro ideal – profundamente. O propósito é fornecer uma forma das pessoas articularem seus desejos, dividirem os desejos e chegar a um consenso sobre uma visão comum da comunidade. Pode ser feita junto com Cenários (Evans et al., 2006). | Produz um cenário futuro desejável, resolve conflitos (Evans, et al., 2006). | Assim como a ferramenta Trajetórias, produz um cenário ideal e não real (Evans et al., 2006). |

As ferramentas de Projeções e de Cenários podem ser aplicadas em conjunto com o mapeamento participativo, espacializando as informações. O mapeamento participativo pode ser feito utilizando diversas abordagens, dependendo do tipo de informação a ser levantada: O Mapa de Recursos Naturais, por exemplo, mostra graficamente os diferentes elementos do uso do espaço, enfocando principalmente os recursos naturais (Verdejo, 2006). Já o Mapa Social trabalha informações sobre as condições de vida, como pode ser o acesso a recursos naturais, além de visualizar a estrutura social de uma comunidade (Geilfus, 1997; Verdejo, 2006).

No entanto, há algumas ressalvas na utilização dessas ferramentas. Margoulis e Salafsky, em seu livro *Measures of Success* (1998), alertam que como as ferramentas qualitativas podem ser muito descritivas, elas não devem ser as únicas usadas no monitoramento em longo prazo. Além disso, o mediador da avaliação deve estar atento às respostas enviesadas dos participantes. Muitas vezes, o participante fala o que o avaliador quer ouvir e não o que realmente está acontecendo. Outra questão importante é a escolha das ferramentas. Deve-se levar em conta questões como nível de educação dos participantes, pois não se deve usar uma ferramenta que utiliza palavras escritas se for aplicada com pessoas analfabetas. Apesar de este trabalho focar em avaliação qualitativa, não se deve descartar indicadores quantitativos para avaliar projetos socioambientais.

5. Roteiro para a Implementação de uma Avaliação (Passo a Passo)

Com base nas informações apresentadas nos tópicos anteriores, sugere-se uma sequência de passos para efetuar uma avaliação. A sequência de passos é genérica para que possa ser adaptada a qualquer projeto, e ser feita inclusive por pessoas que não estão envolvidas diretamente com o projeto. A aplicação de uma avaliação que utiliza a sequência de passos é vantajosa porque é fácil de ser seguida e utiliza ferramentas muitas vezes conhecidas pelos executores de projetos. A própria USAID, que financia vários projetos socioambientais, sugere a utilização de ferramentas de DRP para avaliações de projetos sociais (USAID, 2010). A seguir estão descritos os passos que devem ser levados em conta.

Passo 1: Definição do tipo de avaliação

No primeiro passo, deve-se definir os tipos de avaliação. Como já visto anteriormente (tópico 3.2), o tipo de avaliação depende do momento em que será realizada (linha de base, avaliação de processos, ou avaliação de resultados), do tipo de dados a serem coletados (dados qualitativos e/ou quantitativos) e qual será o relacionamento entre os envolvidos na avaliação (avaliação independente, avaliação participativa ou colaborativa, e avaliação de empoderamento).

Passo 2: Caracterização do Projeto

Durante este passo, deve-se levantar informações relevantes sobre a realidade do mesmo. Partindo do princípio de que seus executores conhecem tal realidade, é conveniente que se faça um levantamento ou a sistematização das informações, como, por exemplo, o histórico, quem teve a iniciativa de criar o projeto e como foi o planejamento do mesmo. A partir da caracterização do projeto é possível definir o foco, o escopo¹, e como será construída a avaliação. Além disso, outras pessoas envolvidas no processo de avaliação poderão ter em mãos todos os aspectos importantes para que se faça uma boa avaliação.

Passo 3: Definição das perguntas e escolha dos indicadores

O processo de avaliação é essencialmente a coleta e a interpretação de informações para responder questões sobre a performance e a efetividade. Dessa forma, é crucial que uma ou mais perguntas sejam determinadas durante o planejamento da avaliação (Rossi *et al.*, 2004). Essas perguntas irão direcionar a escolha dos indicadores, a coleta das informações e a análise das mesmas. Conseqüentemente, devem ser escolhidas as perguntas direcionadas a um número limitado de pontos-chave, permitindo, assim, uma coleta de dados específicos, análise aprofundada e um relatório útil. As perguntas devem ser selecionadas considerando a utilidade potencial das respostas e sua viabilidade (European Communities, 2006). Depois de determinar o que se quer saber (a pergunta)

¹ O escopo é o que será avaliado. O escopo é delineado em várias dimensões, como a de área, tempo e critérios que serão avaliados.

com a avaliação, deve-se escolher os indicadores que servirão como guias para a coleta de dados.

Passo 4: Definição das ferramentas para a coleta de dados

Após definir as perguntas e os indicadores, o próximo passo é escolher os métodos de coleta de dados. Geralmente, existe mais de uma ferramenta que pode ser utilizada, dependendo do tipo de dado que será coletado (Seção 5). O ideal é levantar todas as opções possíveis e depois selecionar as ferramentas que melhor permitem o alcance da informação específica do que se quer avaliar.

Passo 5: Coleta de dados e análise dos resultados.

Com as ferramentas definidas, é preciso preparar a coleta de dados, planejando as saídas de campo e preparando o material que será usado durante a coleta. Quando possível, as ferramentas e os materiais escolhidos devem ser testados antes da saída de campo. Após a coleta, os dados devem ser tabulados e analisados. Esse trabalho pode ser feito inclusive durante a coleta.

Passo 6: Conclusões e sugestões.

A partir dos resultados da coleta de informações, deve-se refletir sobre as atividades do projeto que já foram executadas e/ou as que ainda serão aplicadas. Deve-se levar em consideração quais foram os êxitos e os erros do projeto, e sugerir mudanças ou novas atividades para solucionar os problemas observados. É nesta etapa que se redefine os processos do projeto.

Passo 7: Divulgação dos resultados.

Por fim, é preciso escrever um relatório para divulgar os resultados da avaliação. Esse relatório deve incluir os resultados, conclusões, lições aprendidas e recomendações que podem ser de interesse dos usuários. Os resultados devem ser também apresentados às comunidades envolvidas de modo que percebam o que foi avaliado para facilitar as mudanças. Quando há um rigor na coleta, os dados obtidos podem ser facilmente

transformados em trabalhos que podem ser publicados em meios diversos, como periódicos, livros e até mídia, como jornais e revistas.

Esse passo a passo sugerido foi aplicado ao Projeto de Turismo com Base Comunitária do Instituto de pesquisas Ecológicas.

Parte 2 – Avaliação Geral da Evolução do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, na região do Baixo Rio Negro, AM

O IPÊ vem trabalhando na Região do Baixo Rio Negro desde 2000, realizando projetos que visam a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade socioambiental do mosaico de unidades de conservação situado nessa região (IPÊ, 2008). O Projeto de Turismo com Base Comunitária vem sendo desenvolvido desde o início das atividades do IPÊ na região, sendo uma iniciativa de longo prazo. A idéia desse projeto surgiu da percepção de uma necessidade de minimizar os conflitos entre os atores sociais envolvidos com atividades turísticas na região. Inicialmente as ações eram pontuais e ocorriam de acordo com as oportunidades de financiamento que surgiam. Somente a partir de 2005, um planejamento em longo prazo ocorreu. As ações do projeto, inicialmente, foram direcionadas na tentativa de articular uma negociação entre os atores para diminuir as divergências que se percebia haver entre eles entre eles. Dessa forma, esta avaliação não focou nas ações das propostas feitas aos financiadores do Projeto do IPÊ, mas sim à percepção dos atores sociais envolvidos frente ao objetivo inicial do mesmo. Além disso, esta avaliação seguiu as recomendações descritas no passo a passo da parte 1.

1. Passo 1: Definição do tipo de avaliação

A escolha do Projeto de Turismo com Base Comunitária como foco de avaliação se deu devido à uma demanda dos próprios executores do mesmo. Como o planejamento e a execução foram feitos por um avaliador externo (que não atua dentro do projeto), pode-se dizer que a avaliação foi do tipo independente. Quanto ao tipo de dados coletados, esta avaliação é classificada como Qualitativa.

Quanto ao período em que ocorreu, esta foi uma avaliação de processos, ou seja, ocorreu durante o andamento do projeto. Dessa forma, o objetivo desta avaliação foi verificar a efetividade do projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ na integração dos três grupos de atores sociais influenciados pelo projeto: gestores de Unidades de Conservação, *trade* turístico de Manaus e Novo Airão, e as comunidades locais que vivem nas margens do Rio Negro e seus afluentes. Esta avaliação poderia ter sido aplicada pelos próprios executores do projeto.

2. Passo 2: Caracterização do Projeto

2.1. Turismo como uma alternativa para a conservação ambiental

Com o crescimento da pressão global sobre os recursos naturais, o turismo relacionado com a natureza, em especial o ecoturismo, passou a ser considerado um aliado na conservação do meio ambiente, além de representar uma alternativa econômica para as populações tradicionais (FUNBIO, 2002). Principalmente a partir da década de 1980, ao incorporar o conceito de sustentabilidade em suas diversas dimensões (ambiental, social, econômica, cultural, política e filosófica), o turismo se torna um guia para estratégias de conservação para várias entidades. O turismo passa a ser visto como uma prática que favorece ambientes saudáveis, tanto para os planejadores quanto para os usuários (Poles & Rabinovici, 2010). E a biodiversidade e a conservação das áreas naturais passam a ser um importante fator para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais (IUCN, 2006).

Surgem então, inúmeras definições para o turismo desenvolvido em áreas naturais: ecoturismo, turismo de natureza, turismo responsável, turismo verde, turismo sustentável, turismo ambiental ou turismo ecológico. Para este trabalho, será adotado o termo “ecoturismo”. Entretanto, todas as definições incluem três aspectos em comum. Todas especificam que a atividade turística deve envolver educação ambiental, garantir a conservação ambiental, e beneficiar as comunidades locais (Faco & Neiman, 2010).

Faco & Neiman (2010) definem ecoturismo como uma atividade que “deve garantir que a interação entre o ser humano e a natureza desencadeie, por meio de uma relação vivencial, a reflexão sobre a exploração dos recursos e a compreensão de que os mesmos devem ser utilizados de forma sustentável”. As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo definem que o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Mourão, 2004).

Infelizmente, o ecoturismo vem sendo praticado no Brasil de forma confusa e desordenada. É impulsionado pela oportunidade de mercado, não gerando os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e comprometendo o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo (Mourão, 2004). Existem poucos programas e políticas públicas para o ecoturismo no Brasil, e esses ainda não estão devidamente implementados. Isso faz surgir iniciativas de projetos de ecoturismo

conduzidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas. Muitas ONGs, em parceria com comunidades locais, buscam no turismo uma fonte para a sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica. As ONGs geralmente buscam a inclusão das comunidades locais para uma gestão democrática do turismo (Poles & Rabinovici, 2010).

O ecoturismo no Brasil deve ser empregado como uma alternativa econômica para comunidades que vivem em locais de beleza natural, reunindo ainda importantes componentes de conservação da biodiversidade. Se desenvolvida e operada adequadamente, a atividade causa menor impacto ambiental e cultural que outros setores produtivos como agricultura, pecuária, garimpo ou extração de madeira (FUNBIO, 2002b). Nos dias de hoje, o planejamento e a gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação (UCs) representam alguns dos maiores desafios que o Brasil enfrenta (Badialli, 2004).

A Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000, a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), define uma Unidade de Conservação como sendo um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Atualmente, 23,5% da Amazônia brasileira encontram-se sob alguma forma de UC (RAISG, 2009). As UCs são essenciais para o desenvolvimento do turismo sustentável em áreas naturais. Badialli (2004) afirma que:

“a utilização de áreas protegidas para o turismo sustentável reflete algumas tendências globais, entre as quais o crescimento da consciência ambiental, em função dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância no contexto da preservação da biodiversidade, e o processo de reencontro do homem com a sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo.”

2.2. Turismo e Desenvolvimento na região do Baixo Rio Negro

O Estado do Amazonas, por suas características naturais e socioculturais, é considerado como um dos principais destinos ecoturísticos brasileiros (Faria, 2005). O turismo em áreas naturais é um dos segmentos mais valorizados pela demanda turística nacional e internacional devido à preservação da cobertura vegetal no Estado do Amazonas, que é de 98% (Banco da Amazônia, 2009).

O turismo na Amazônia Ocidental utiliza Manaus como porta de entrada (Badialli, 2003). Só em 2008, quase 500 mil pessoas visitaram o estado do Amazonas (Amazonastur,

2009). A visitação ocorre principalmente no entorno de Manaus, onde está localizada a região do Baixo Rio Negro (Badialli, 2003). Além de estar próximo e poder usufruir da estrutura de Manaus, a região do Baixo Rio Negro tem características que favorecem atividades ecotur sticas, tais como: i) a água escura do rio desfavorece a prolifera o de mosquitos; ii) durante a esta o seca as margens do Rio Negro oferecem praias de areia branca (figura 1); e iii) a região apresenta um bom estado de conserva o ambiental (Badialli, 2003).



Figura 1: Praia na margem esquerda do Rio Negro, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus – AM (Foto: Julia Coda, 2009).

A cria o da Zona Franca de Manaus (ZFM) na década de 1970, impulsionou a visita o a Manaus, pois turistas do Brasil vinham comprar produtos da com isen o de impostos (Teixeira, 2006). Isto fez com que a economia da região do Baixo Rio Negro deixasse de ser baseada exclusivamente no extrativismo (Becker, 2005). Nessa época, surgem os primeiros hotéis de selva, empreendimentos de alojamento nas margens de rios ou lagos. A inten o dos hotéis de selva   favorecer a intera o entre seus hóspedes e a natureza local, oferecendo atividades como observa o da fauna, caminhadas na floresta, pescaria e passeios de canoa (Teixeira, 2006).

Também   a partir dos anos 1970 que o turismo entra na pauta do governo federal. Mas as políticas que incentivavam o desenvolvimento do turismo na região amaz nica surgiram principalmente na década de 1990 (Faria, 2005; Cordovil, 2008). Desde os primeiros planejamentos, como os Planos I e II de Turismo da Amazônia (PTA), já se falava em desenvolver o turismo de forma sustentável na região (Faria, 2005). Atualmente, existe o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia

Legal (PROECOTUR) do governo federal, que visa fomentar diretrizes para o ecoturismo regional (Brasil, 2002).

No início dos anos 90, houve uma queda no comércio na ZFM e, conseqüentemente, diminuiu a visitação, principalmente dos turistas nacionais, que passaram a realizar compras de produtos eletrônicos na fronteira do Brasil-Paraguai. Por conseguinte, a queda no comércio da Zona Franca forçou a busca de novas modalidades de turismo, entre as quais o ecoturismo que vem se destacando. Nessa época surgem novas atividades econômicas ligadas ao turismo na região, como a captura e a comercialização de peixes ornamentais e a entrada da pesca esportiva. Passou também a haver uma busca por alternativas econômicas e pela formalização de associações comunitárias, processos que continuam e se intensificaram até hoje (Breves, 2004).

A presença das Unidades de Conservação (UCs) foi outro fator impulsionador para o turismo de natureza. A década de 1990 foi marcada pela criação de várias UCs na região. Atualmente, a região do Baixo Rio Negro é ocupada por um mosaico de UCs, o que diminuiu o avanço do desmatamento, impedindo assim, o desenvolvimento de atividades econômicas agroindustriais. O turismo de natureza passou a ser uma boa alternativa que combina a possibilidade de produção de riqueza com a preservação da natureza (José Eduardo Lozano Badialli, 2009, comunicação pessoal).

No entanto, desde o início, o turismo vinha ocorrendo na região da seguinte maneira: os turistas eram levados pelas empresas de turismo a determinadas áreas das UCs, que não continham qualquer tipo de zoneamento específico, sendo que muitas não permitiam a atividade turística de acordo com a legislação concernente à sua categoria de conservação. Os gestores das UCs e o *trade* turístico (trabalhadores na atividade do turismo, como, por exemplo, guias, proprietários e funcionários de agências de turismo, canoeiros, entre outros) encontravam-se em constante conflito. Como a gestão do turismo não estava ocorrendo, as comunidades não tinham qualquer participação no processo do turismo (Wallace & Pierce, 1996). Essa situação está mudando aos poucos, com a criação de parcerias de órgãos gestores das áreas de conservação e ONGs que atuam na região para a elaboração de planos de manejo ou projetos comuns.

Outra questão importante para o turismo na região é o acesso às áreas a serem visitadas. A pavimentação da AM-352 (extensão de 80 km), que liga a rodovia AM-070 a Novo Airão, foi finalizada em 2005 pelo governo do Estado, muito em virtude do potencial turístico do município de Novo Airão. A AM-070 (extensão de 98 km), que liga Manaus e Iranduba a Manacapuru, está mais próxima à cidade de Manaus e foi pavimentada há mais tempo (1978). Ao longo das estradas existem várias áreas degradadas e em

processo de ocupação bastante intenso e desordenado. Ambas estão inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda Rio Negro (Moreira et al., 2009). Com a construção da ponte (figura 2) sobre o Rio Negro que ligará Manaus à Iranduba e a rodovia AM-070 a especulação imobiliária pode se intensificar ainda mais e aumentar o fluxo de turistas em Novo Airão.



Figura 2: Ponte sobre o Rio Negro em construção, que liga os municípios de Manaus e Iranduba (Foto: Julia Coda, 2009).

Uma das principais UCs da região é a Estação Ecológica de Anavilhanas, que em Outubro de 2008, mudou de categoria e passou a ser Parque Nacional. Isso ocorreu por causa da pressão das grandes empresas² de turismo que atuam na área de Anavilhanas sobre o governo federal em Brasília.

De acordo com o SNUC, uma estação ecológica tem como objetivo a preservação ambiental e pesquisa científica. A visitação é proibida, exceto para atividades de educação ambiental. Já o objetivo dos Parques Nacionais inclui a recreação e turismo ecológico. Assim, antes de virar parque nacional, o *trade* dizia que sua atividade era de turismo educacional. A mudança de categoria permitiu que a atividade de turismo saísse da ilegalidade. Atualmente, um plano emergencial de uso público está em processo de implantação, que define áreas destinadas para visitação pública. As áreas foram definidas com a participação do *trade*, em oficinas coordenadas pelo IPÊ e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

² De acordo com os membros do *trade* e com os gestores do Projeto Turismo com Base Comunitária, as empresas que participaram desta avaliação não são as responsáveis diretas pela mudança de categoria da Estação Ecológica de Anavilhanas para Parque Nacional.

2.3. Atuação do IPÊ na região do Baixo Rio Negro

Para atingir seus objetivos de conservação em áreas onde atua, o Instituto utiliza três estratégias principais: pesquisa, educação ambiental e envolvimento comunitário. Essas estratégias levaram à criação de um modelo de conservação que é explicado em detalhes por Pádua *et al.* (2002). A forma de atuar do IPÊ é através da inclusão dos diversos atores de uma região para a conservação da natureza (IPÊ, 2008). Na região do Baixo Rio Negro, as principais iniciativas realizadas pelo IPÊ são: Projeto de Conservação do Peixe-boi da Amazônia (figura 3), Projeto de Conservação do Sauim-de-coleira, Projeto de Turismo com Base Comunitária, Projeto Agrobiodiversidade, Projeto Meliponicultura, e Projeto Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro (IPÊ, 2008). A seguir será descrito o projeto de Turismo com Base Comunitária para maior compreensão de como este atua e porque merece ser avaliado.



Figura 3: Placa posicionada em uma das comunidades do Rio Cuieiras, onde foram reintroduzidos dois peixes-boi em 2009. Os projetos do IPÊ integram a conservação com a participação dos habitantes locais (Foto: Julia Coda, 2009).

2.3.1. Projeto de Turismo com Base Comunitária

O projeto de Turismo com Base Comunitária tem como objetivos ordenar o turismo no mosaico de UCs do Baixo Rio Negro (figura 4), e contribuir para a conservação ambiental da região, por meio do ecoturismo como uma das alternativas de desenvolvimento socioeconômico e da geração de informação e capacitação aos atores sociais relacionados (IPÊ, 2008). Logo no início de sua atuação na região, os pesquisadores do

IPÊ perceberam a importância de Manaus no turismo da região amazônica. Apesar de a capital amazonense possuir infra-estrutura com potencial turístico, infelizmente o turismo ocorreu de forma desordenada (José Eduardo Lozano Badialli, 2009, comunicação pessoal).

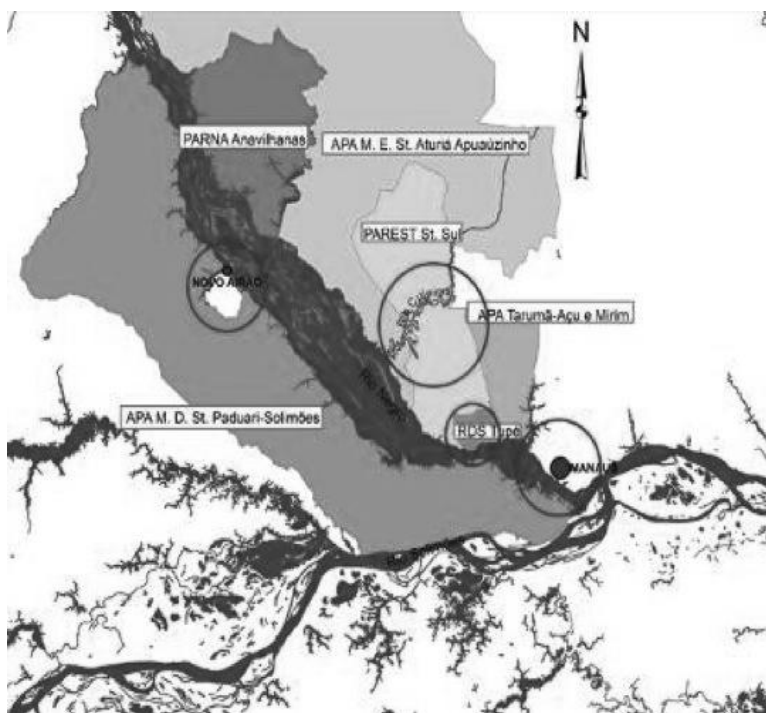


Figura 4: Mapa do mosaico de Unidades de Conservação que compõem o Baixo Rio Negro. Os círculos vermelhos indicam os locais onde o Projeto de Turismo com Base Comunitária atua (Fonte: IPÊ).

Os pesquisadores do IPÊ identificaram três grupos de atores principais envolvidos com o turismo: as comunidades, os gestores das UCs e o *trade* turístico. Para tentar resolver a situação conflituosa entre os atores, o IPÊ se propôs a intermediar o diálogo entre eles, buscando uma maior integração (IPÊ, 2008).

Em 2003 e 2004, os executores de projetos do IPÊ fizeram excursões de sensibilização às comunidades localizadas no Rio Cuieiras, afluente da margem esquerda do Rio Negro, que serviam para se trabalhar com educação ambiental, principalmente nas comunidades que estão localizadas dentro de UCs. Mas foi a partir de 2005 que o projeto de turismo realmente começou a ser implementado. Iniciou-se a articulação entre o *trade* turístico e os órgãos governamentais de meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal. O IPÊ renovou e criou novas parcerias com os órgãos gestores de UCs da região. Também foram oferecidos Cursos para Gestores de UCs, não apenas em Manaus, mas também em diversas capitais da Amazônia Brasileira, decorrente de uma parceria com o WWF

Brasil. Em especial para o *trade*, foram oferecidas oficinas de sensibilização e de visitação no Baixo Rio Negro, apresentações sobre o Plano de Manejo da Estação Ecológica (ESEC) de Anavilhanas (hoje, Parque Nacional) e Parque Nacional (PARNA) do Jaú. Além disso, foi elaborado um Código de Conduta para o Baixo Rio Negro em parceria com o *trade* turístico da região.

Em 2006, os executores do projeto de turismo coordenaram a elaboração do Plano de Negócios do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro. Também foi trabalhado o ordenamento do turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé e foi criado o Conselho Deliberativo da unidade. Criou-se ainda o Conselho Consultivo da ESEC Anavilhanas.

A partir de 2007, a USAID começou a financiar o projeto. Nesse mesmo ano, o projeto possibilitou a realização de nove oficinas de sensibilização com *trade* turístico e Instituições de Meio Ambiente e Turismo. Em 2008, ocorreram cursos para guias turísticos em Manaus e Novo Airão. Além disso, o IPÊ possibilitou o intercâmbio entre mulheres de duas comunidades do Rio Cuieiras com a comunidade do Julião na RDS Tupé.

Em 2009, o IPÊ coordenou a elaboração do Plano de Gestão do PAREST Rio Setor Sul. Novamente, o Instituto possibilitou o intercâmbio entre mulheres de duas comunidades do Rio Cuieiras com a comunidade do Julião na RDS Tupé. As mulheres do Rio Cuieiras começaram a reformar sua sede e também a produzir doces e geléias para vender. Dessa forma, o Projeto de Turismo está começando a focar nas comunidades, com a intenção de integrá-las ao turismo de forma mais concreta.

Os executores do Projeto de Turismo têm a preocupação de verificar se seus esforços estão tendo algum impacto sobre os atores envolvidos. Por conseguinte, algumas atividades que o Projeto de Turismo executou até o momento foram levadas em consideração para esta avaliação.

2.4. Atores sociais do turismo na região do Baixo Rio Negro

2.4.1. Gestores de Unidades de Conservação

A criação das áreas protegidas no Baixo Rio Negro foi essencial para a proteção e a conservação dos ecossistemas, de inúmeras espécies ameaçadas de extinção e da biodiversidade em seu conjunto. A gestão das UCs na região é feita por órgãos governamentais. No caso das UCs federais, é o ICMBio. As UCs estaduais são geridas

pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). E a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMAS) administra as UCs municipais de Manaus. Há também as secretarias de turismo estadual (Amazonastur) e municipal (Manauscult) que estão encarregadas de promover e organizar o turismo na região. Desde 2002, o IPÊ vem trabalhando em conjunto com os demais atores sociais na região (comunidades locais, governo, empresários e outras organizações da sociedade), para criar o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, com o objetivo de proporcionar uma gestão integrada das UCs envolvidas (IPÊ, 2008).

2.4.2. Comunidades Locais

A ocupação humana da região do Baixo Rio Negro ocorreu sempre de forma conflituosa. Na época da chegada dos colonizadores, a região do Baixo Rio Negro era habitada principalmente pelos Tarumã, Manaos e Barés. A colonização foi marcada por um violento processo que levou à perda de características culturais e diminuição da população dos povos que ali habitavam, em decorrência dos empreendimentos mercantis, guerras e epidemias, sendo que os povos Manaos e Tarumã foram praticamente extintos (Leonardi, 1999).

A recolonização da região do Baixo Rio Negro só ocorreu na década de 50. As primeiras comunidades a se estabilizarem na região do Baixo Rio Negro eram formadas de famílias indígenas predominantemente da etnia Baré, provenientes do Médio e Alto Rio Negro. Eles migraram para Manaus e região por motivos econômicos, sociais e de saúde. A falta de condições de moradia e o aumento do desemprego, bem como a necessidade cultural de manter uma ponte com as formas tradicionais de se viver, levaram muitas famílias a se estabelecerem em áreas florestais devolutas próximas a Manaus, como nos rios Tarumã e Cuieiras (IPÊ, 2007). Na mesma época, caboclos oriundos principalmente dos antigos seringais situados no Médio e Baixo Rio Negro, dentre outros rios afluentes do Solimões e das cidades de Manaus e Novo Airão, também vieram morar no rio Cuieiras (Cardoso *et al.*, 2008). A atividade econômica predominante no início da recolonização foi o extrativismo do látex e de gomíferas, a venda da carne e pele de animais silvestres e de madeira. Também existiam outras atividades para subsistência como a caça, a pesca, agricultura e coleta (IPÊ, 2007).

Atualmente, as comunidades que vivem na região são compostas por famílias caboclas e indígenas das etnias Baré, Tukano, Tikuna (figura 5). A organização das comunidades inclui trabalhos coletivos nas roças e as trocas de serviços, produtos e objetos. As

famílias vivem da agricultura, da caça, da pesca, da venda de artesanato e do extrativismo, principalmente madeireiro. A extração de madeira compete diretamente com o desenvolvimento da agricultura e ocorre sob condições precárias de trabalho e baixos rendimentos (IPÊ, 2007; Semeghini & Cardoso, 2009). Infelizmente, essas populações foram excluídas dos processos de criação e gestão das áreas protegidas e seus territórios foram desconsiderados. Isso gerou severos conflitos sociais com as comunidades tradicionais e com os poderes públicos locais (Cardoso *et al.*, 2008). Há um interesse para se trabalhar com alternativas sustentáveis de modo a assegurar a geração de rendas para as famílias (Souza *et al.*, 2010).



Figura 5: Comunidade Três Unidos, habitada por famílias indígenas no Rio Cuieiras (Foto: Julia Coda, 2009).

2.4.3. Trade Turístico

As empresas que atuam no turismo na região estão localizadas nos municípios de Manaus e Novo Airão. Atualmente, algumas empresas estão organizadas em associações:

- Sindicato de Guias de Turismo de Manaus;
- Associação dos Operadores de Barco do Amazonas (AOBT);
- Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV);
- Associação Brasileira da Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA);
- Associação de hotéis de Selva;
- Associação de Turismo de Novo Airão (ATUNA);

- Associação de Canoeiros de Manaus.

3. Passo 3: Escolha dos Indicadores

O projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, junto aos outros órgãos gestores das UCs e *trade* turístico, merece atenção por sua abordagem ampla e pela forma com que vem sendo desenvolvido. O objetivo desta avaliação foi verificar a efetividade do projeto de Turismo na integração entre os três grupos de atores sociais influenciados pelo projeto. A preparação do delineamento para a coleta de dados baseou-se nos objetivos iniciais do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ e no histórico de atividades do mesmo.

Para levantar possíveis indicadores de impacto, foi feita uma entrevista utilizando um questionário (Anexo 1) com 10 executores de projetos do IPÊ que atuam na região do Baixo Rio Negro. Os executores propuseram indicadores relevantes para seus próprios projetos. Os indicadores serviram como guia para a verificação de quais eram as questões que os executores gostariam que fossem respondidas por esta pesquisa, já que os mesmos têm grande interesse em avaliar seus trabalhos na área.

A partir das entrevistas com os executores de projetos, foi possível constatar que a atuação dos pesquisadores do IPÊ na região do Baixo Rio Negro tem um perfil social, ou seja, a maioria atua em projetos que envolvem as comunidades locais. Em média, os pesquisadores estão trabalhando no IPÊ há cinco anos e consideram que a principal dificuldade em se fazer avaliações de seus projetos é a falta de indicadores qualitativos, principalmente para avaliar mudanças de comportamento. Assim, sugeriram alguns indicadores que poderiam ser usados na avaliação seus projetos (tabela 11).

Tabela 11: Indicadores levantados pelos executores de projeto do IPÊ no site Rio Negro. Os indicadores foram classificados de acordo com o projeto/público que eles deveriam responder.

| Foco do projeto | Indicadores |
|-----------------|--|
| Fauna | <ul style="list-style-type: none"> • Sucesso da reintrodução e adaptação dos animais na vida livre; |
| Comunidades | <ul style="list-style-type: none"> • O quanto elas são beneficiadas pelas ações dos projetos; • Como os benefícios estão sendo revertidos em conservação; • Grau de interação com outras instituições que atuam na região; • Inserção no mercado de forma autônoma e em mercados justos; • Produto desenvolvido; • Saída do produto; • Autoavaliação dos comunitários (qualitativo); • As próprias comunidades desenvolverem atividades após a intervenção; • Diversidade agrícola mantida e ampliada; • Manutenção dos espaços cultivados; • Manutenção dos conhecimentos tradicionais; • Garantia do território; • Grau de participação comunitária em conselhos; • Atividades relacionadas ao turismo envolvendo as comunidades e as UCs; |
| Gestores | <ul style="list-style-type: none"> • Como eles conseguiram internalizar a importância do uso público/turismo para a UC; |
| Turismo | <ul style="list-style-type: none"> • Grau de envolvimento com projetos na região; • Número de guias capacitados; • Relacionamento entre os três atores no passado e atualmente; • Grau de envolvimento de cada ator no projeto do IPÊ. |
| Ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • Diminuição de desmatamento; • Conservação da biodiversidade; |
| Equipe | <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de publicações; • Equipe técnica formada; • Relação de confiança dentro e entre instituições; • Grau de participação do conselho pelo IPÊ e pelas comunidades; |
| Mosaico | <ul style="list-style-type: none"> • Projetos implementados no mosaico; • Capacitação em negócios sustentáveis; • Capacitação em gestão de desenvolvimento territorial sustentável; • Plano de desenvolvimento territorial elaborado e aprovado; • Número e produtores certificados com o selo do mosaico; • Articulação entre áreas privadas, Estado e comunidades. |

Os indicadores escolhidos foram os que respondiam melhor a pergunta desta avaliação e focaram nos seguintes aspectos:

- Atividades relacionadas ao turismo envolvendo as comunidades e as UCs;
- Relacionamento entre os três atores no passado e atualmente;
- Grau de envolvimento de cada ator no projeto do IPÊ.

A definição desses indicadores possibilitou a elaboração de roteiros (Anexo 2) para as entrevistas com cada grupo de atores, permitindo assim, a escolha das ferramentas para a coleta de dados.

4. Passo 4: Definição das ferramentas

A coleta de informações com os atores foi permeada por um diálogo semiestruturado, o qual se baseia em uma conversa com temas direcionadores, realizada sem uma entrevista formal. O diálogo semiestruturado evita os efeitos negativos de uma entrevista formal (por exemplo, desinteresse do entrevistado, ou perguntas muito fechadas) e permite maior espontaneidade dos participantes (Geilfus, 1997). Essa ferramenta é relevante nas situações em que não há uma nova chance para entrevistar alguém. As informações coletadas em diálogos semiestruturados podem muitas vezes ser coletadas utilizando-se outras técnicas participativas (Souza, 2009).

Dessa forma, para as discussões das relações sociais entre os atores, foi utilizado o Diagrama de Venn. O objetivo do Diagrama de Venn é colocar em evidência as relações que se estabelecem entre diferentes grupos (Verdejo, 2006). O Diagrama pode ser montado de diferentes formas, como por exemplo: os grupos ou organizações participantes podem ser representados por círculos de diferentes tamanhos, que representam o grau de proximidade entre as instituições (Faria & Ferreira Neto, 2006); ou pode-se apresentar o nível de relação entre as organizações pela distância em relação ao entrevistado. Uma das vantagens de se utilizar o Diagrama de Venn é que as relações sociais são classificadas já no momento em que elas são mencionadas. O Diagrama também permite fazer uma análise histórica de como a relação entre as instituições mudaram ao longo do tempo. Mas deve-se tomar cuidado com a forma de apresentação da ferramenta, para não ocorrer em confusões na visualização e no entendimento do diagrama pelos participantes (Faria & Ferreira Neto, 2006). O Diagrama de Venn também foi utilizado para comparar mudanças entre os atores ao longo do tempo. Como o intuito era fazer uma análise histórica, as comparações se concentraram no passado, presente e futuro para cada ator que se relaciona com o grupo participante.

Outras ferramentas poderiam ter sido utilizadas na coleta de dados. Por exemplo, o Diagrama de Fluxos poderia substituir o Diagrama de Venn no levantamento das relações entre os atores. O Diagrama de Fluxo evidencia as relações e interações existentes entre diversos aspectos da realidade. O Diagrama é montado utilizando um conjunto de tarjetas (retângulos de cartolina) que representam, em palavras e/ou desenhos, os componentes do fluxo e setas são utilizados para ligar os componentes e indicar o seu sentido do fluxo. Como o exercício de análise é abstrato, geralmente consome bastante energia e pode ser cansativo para o grupo, causando dispersão (Faria

& Ferreira Neto, 2006). Além disso, não é necessário “direcionar” o tipo de relação entre as organizações no caso deste trabalho, mas apenas levantar as relações existentes para depois classificá-las.

O Mapa de Intercâmbio também seria uma possibilidade, onde se poderia desenvolver uma descrição gráfica dos intercâmbios que ocorrem dentro e fora de cada comunidade. É semelhante ao Diagrama de Fluxos, já que busca descrever os fluxos de intercâmbio (por exemplo, informação ou comércio) relacionados com as atividades da comunidade. Entretanto, a ferramenta foca principalmente em aspectos comerciais (Geilfus, 1997). Da mesma forma que no Diagrama de Fluxos, se gastaria muito tempo para dar sentido às setas, o que é desnecessário.

A Matriz Comparativa poderia ter sido aplicada para verificar as mudanças no relacionamento entre os atores ao longo do tempo. A Matriz Comparativa é formada por uma tabela na qual, em um dos eixos, estão os elementos a serem comparados e, no outro, os critérios de comparação/avaliação (Faria & Ferreira Neto, 2006). Além da Matriz Comparativa, outras formas de fazer comparações históricas são a utilização de Calendários Sazonais e Linhas do Tempo.

Os Calendários Sazonais permitem uma visão temporal dos acontecimentos. Eles também correlacionam diferentes informações a respeito de um mesmo período (Faria & Ferreira Neto, 2006). No entanto, são mais utilizados para verificar as mudanças entre os ciclos naturais sazonais, mais relacionados com eventos agrícolas (Verdejo, 2006). A Linha do tempo é utilizada para verificar mudanças significativas da comunidade, relacionadas a eventos pontuais do passado. Não foca tanto em relacionamento entre diferentes instituições (Geilfus, 1997).

5. Passo 5: Coleta de Dados e Análise dos Resultados

5.1. Materiais e Métodos

A saída de campo se deu nos períodos de 28 de Outubro a 15 de Novembro e de 23 a 28 de Novembro de 2009. Durante esses períodos foram coletadas informações com cada grupo de atores, conduzidas por um mediador, que iniciava se apresentando e explicando brevemente no que consistia o trabalho. Após a apresentação iniciava-se uma conversa sobre turismo, utilizando o diálogo semiestruturado como ferramenta. Esta ferramenta

permeou todas as atividades e seguiu um roteiro para cada grupo de atores (Anexo 2) e os diálogos foram gravados.

Para o levantamento e a classificação das relações sociais entre os atores foi utilizado o Diagrama de Venn. Em uma manta branca de 1m² foram desenhados cinco círculos, como mostra a figura 6. O nome do ator-participante da atividade naquele momento (ator-participante) foi escrito em uma tarjeta (pedaço de papel sulfite de 10x15 cm) e pregada no círculo central. Os demais círculos representavam como era o relacionamento entre o ator-participante e os atores citados por ele. Do mais distante ao mais próximo, cada círculo representa os seguintes graus de relação: “PÉSSIMO”, “RUIM”, “BOM”, “ÓTIMO”, respectivamente. Ou seja, quanto mais distante do centro, pior é a relação entre os atores. O nome dos atores foi escrito em tarjetas e posicionadas de acordo com o grau de relacionamento que eles melhor se enquadravam de acordo com a opinião do participante. Foram utilizadas canetões para escrever nas tarjetas e a montagem do diagrama foi feita no chão ou sobre uma mesa.

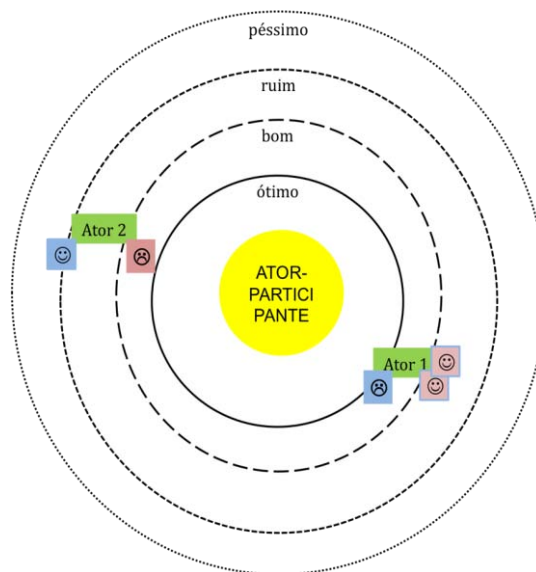


Figura 6: Desenho esquemático do Diagrama de Venn. O nome do ator que está participando da atividade deve ser colocado no centro do diagrama (ator-participante). Os demais atores que se relacionam com o ator-participante devem ser posicionados de acordo com o grau do relacionamento com o ator-participante no presente. Quanto mais distante do centro do círculo, pior a relação entre eles. Posteriormente é feita a classificação do relacionamento no passado e como o ator-participante espera que seja no futuro. Os quadrinhos azuis simbolizam o passado, e os quadrinhos na cor rosa simbolizam o futuro. Os símbolos positivos “☺” e negativos “☹” desenhados nos quadrinhos significam o grau de interação entre os atores: dois símbolos negativos para “PÉSSIMO”, um símbolo negativo para “RUIM”, um símbolo positivo para “BOM”, e dois símbolos positivos para “ÓTIMO”.

Com o Diagrama montado, foi questionado ao ator-participante se a situação sempre foi assim, ou seja, se a relação com cada ator citado anteriormente foi como estava ali representado ou se houve mudanças ao longo do tempo. Para simbolizar as mudanças no relacionamento entre os atores, foram utilizados símbolos positivos “☺” e negativos “☹”, conforme já descrito na figura 6. Eles também fizeram uma classificação de como gostariam que fosse o relacionamento com determinado ator no futuro. A última classificação teve o intuito de levantar uma discussão com os participantes sobre quais ações poderiam ser tomadas para alcançar tais desejos. O participante pôde discutir sobre como a atividade turística poderia beneficiar a região e avaliar a atuação do IPÊ frente ao turismo.

Para o PARNA de Anavilhanas, foram entrevistados o então gestor da UC, e uma ex-gestora do parque. Para o PAREST Rio Negro – Setor Sul, a entrevistada foi uma dos três gestores da UC. E para a RDS do Tupé, foram entrevistados o ex-gestor da unidade e o atual gestor.

Foram entrevistados 22 pessoas que trabalham com turismo na região, sendo 20 de Manaus e dois de Novo Airão. Foi enviado um e-mail a representantes de 80 empresas, sendo que apenas 11 responderam. Destas, nove pessoas estavam dispostas a participar e 2 não estavam dispostas. Os demais contatos foram feitos por telefone.

Em relação as entrevistas nas comunidades, foram selecionadas quatro comunidades que os executores do Projeto consideram parceiras (experimental) do IPÊ e cinco comunidades consideradas “não-parceiras” (controle – figura 7). A escolha dos dois grupos serviu para verificar se havia diferença no relacionamento dos atores entre as comunidades onde o IPÊ atua (com o Projeto de Turismo ou com outras iniciativas) e aquelas em que o IPÊ não está presente. As comunidades “parceiras” foram: Comunidade Nova Esperança, Comunidade Nova Canaã, Comunidade São Sebastião, localizadas no Rio Cuieiras, e Comunidade Julião, localizada na RDS do Tupé. As comunidades “não-parceiras” incluíram: Comunidade Três Unidos, localizada no Rio Cuieiras, Comunidade Costa das Araras, Comunidade Baixote, Comunidade Bela Vista (Jaraqui), e Comunidade Terra Preta, localizadas na margem esquerda do Rio Negro.

Em Nova Esperança, Nova Canaã, São Sebastião e Bela Vista, foram entrevistados oito moradores por comunidade. Nas comunidades Julião, Terra Preta e Costa das Araras, seis moradores foram entrevistados em cada uma delas. Na Comunidade Baixote, apenas quatro pessoas foram entrevistadas. Apesar de quatro pessoas também terem sido entrevistadas na Comunidade Três Unidos, as entrevistas foram consideradas como um único ponto amostral, pois os participantes escutaram as respostas um do outro, o que

pode ter influenciado os demais entrevistados. As respostas foram agrupadas, assim, para análise. Ao todo, foram entrevistadas 30 pessoas nas comunidades “parceiras” e 25 nas comunidades “não-parceiras”.

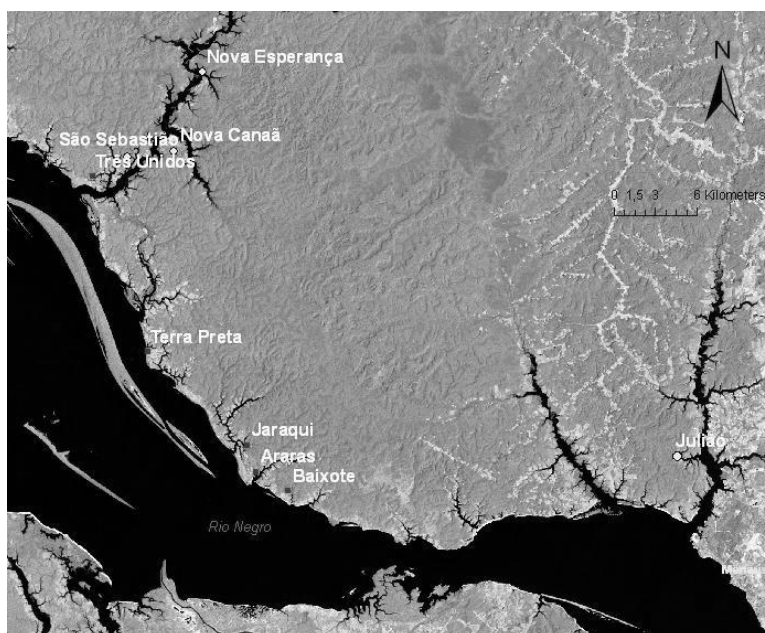


Figura 7: Mapa da região do Baixo Rio Negro, AM, contendo as comunidades onde ocorreram as entrevistas para a avaliação do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ. As comunidades simbolizadas por pontos amarelos são as consideradas “parceiras”, e as simbolizadas com pontos vermelhos são as “não-parceiras”.

Para a análise da mudança na relação entre os atores e as Comunidades, foi utilizado o Teste Qui-Quadrado. Para ver se houve uma melhora na relacionamento, os dados foram agrupados de acordo com os seguintes critérios: Péssimo/Ruim e Bom/Ótimo. O teste não foi aplicado para os gestores e para o *trade*, pois o número era pequeno e a amostragem análises semelhantes.

5.2. Resultados e Discussão

Os resultados estão subdivididos em tópicos para cada grupo de ator, de modo a facilitar o entendimento.

5.2.1. Avaliação dos gestores de Unidades de Conservação sobre seu relacionamento com os demais atores

Todos os gestores entrevistados afirmaram que conhecem e são parceiros do IPÊ, e todos afirmaram estar cientes o projeto de Turismo do IPÊ. Em todas as UCs, o plano de manejo que inclui um zoneamento com áreas para uso público, está em processo de aprovação/implantação. Dos atuais gestores, apenas o ex-gestor da RDS participou de todas as oficinas oferecidas ao *trade*.

Em se tratando da visitação no PARNA de Anavilhanas, de acordo com o então gestor e a ex-gestora da UC, a mesma é realizada principalmente por empresas de Manaus, mas já existem empresas de Novo Airão que levou turistas a conhecer a Unidade. Há, também, barcos particulares de moradores da região, principalmente de Manaus, que visitam a área durante os finais de semana. A ex-gestora afirma que, durante sua gestão, o impacto negativo do turismo era maior nas áreas de “terra firme”, onde os turistas faziam trilhas na mata, e nos lagos centrais entre as ilhas, onde ocorre a pesca de piranhas. Já o *trade* de Novo Airão não visita pontos específicos. Ainda, o então gestor acha que as áreas que foram definidas para o turismo são muito grandes, e que deveriam ser definidos roteiros específicos para o turismo dentro das áreas de uso. Além disso, a definição de uma hidrovia dentro de Anavilhanas, que pretende restringir a rota de navegação, não agrada o *trade*, mas o gestor acha que é inviável permitir a passagem de barcos por qualquer lugar no arquipélago de Anavilhanas.

“Eles (o trade) acham que não deveria ter restrição nenhuma para o uso da UC. Eles precisam entender que existem outras atividades, como a conservação (ambiental) que é a principal atividade da UC.” (gestor do PARNA de Anavilhanas).

Quando levantada a questão do relacionamento entre a gestão do PARNA de Anavilhanas e o *trade*, do ponto de vista do então gestor, o relacionamento com o *trade* de Manaus é bom, mas ainda não é ideal. Essa relação tem melhorado, pois já foi muito ruim, segundo o então gestor. Já com o *trade* de Novo Airão, o relacionamento sempre foi bom, pois, por eles terem se organizado recentemente, o diálogo entre as empresas e os gestores de Anavilhanas sempre esteve presente. Para a ex-gestora, o histórico da evolução dos trabalhos com o *trade* mostra que o relacionamento entre os gestores de Anavilhanas e o *trade* tem melhorado ao longo do tempo. Ao comparar a relação entre *trade* e gestores em Anavilhanas e outras UCs, ela afirma que, em outras Unidades, não existe esse mesmo diálogo. A ex-gestora considera que a relação começou a melhorar a

partir de 2005, pois antes disso, as pessoas do *trade* e os gestores não se conheciam. Foi nessa época que os pesquisadores do IPÊ começaram o esforço para integrar os setores e os profissionais dos diversos ramos envolvidos com o turismo.

A ex-gestora declara que a grande pressão para virar Parque Nacional veio do próprio *trade*. Ambos os gestores acreditam que a transição de Estação Ecológica e Parque Nacional está acontecendo com a participação do *trade*, na definição das áreas de uso público. O então gestor expõe que o *trade* de Manaus usa principalmente os pontos localizados nas áreas que serão destinadas para o uso público do novo zoneamento da UC e a ex-gestora crê que a tendência é a relação melhorar, principalmente depois que o plano de uso público estiver operando³.

Quando se trata das comunidades do entorno, o então gestor afirma que o relacionamento é ruim e a ex-gestora considera que a relação com as comunidades no entorno é deficiente.

“Eles têm uma visão ruim, em que a UC atrapalha o desenvolvimento deles.” (gestor do PARNA de Anavilhanas).

De acordo com a ex-gestora, o conflito ocorre pelo fato dos comunitários utilizarem recursos naturais do parque. “Tem muita exploração de madeira”. Para o então gestor, houve uma ligeira melhora nos últimos anos e ele acredita que, como as comunidades estão dentro de UCs estaduais, a SDS/CEUC terá que intensificar seu trabalho junto aos habitantes locais. A ex-gestora acredita que o turismo pode ser uma alternativa para as comunidades, mas pode não ser uma solução fácil⁴.

O então gestor vê o trabalho do IPÊ como fundamental, pois as iniciativas desenvolvidas com as comunidades pode gerar alternativas para o desenvolvimento das mesmas. Além disso, a articulação com o *trade* facilita o diálogo entre o gestor da UC e os empresários.

“A visitação em Anavilhanas mudou muito depois da entrada do IPÊ, principalmente por causa do relacionamento com o trade”. (gestor do PARNA de Anavilhanas).

³ “A relação vai ficar mais clara, as regras vão estar abertas”. (Ex-gestora do PARNA de Anavilhanas).

⁴ “Se ampliar a geração de renda, os caras deixam de fazer determinadas atividades. (...) Tem que estruturar a comunidade que está oferecendo o serviço. E as comunidades não têm essa cultura de oferecer serviços. (...) e interferir no dia a dia da comunidade, sem interferir na cultura deles é difícil. As pessoas têm que ter aptidão para lidar com o turista, porque turista aparece a qualquer hora. A comunidade se queima quando chega o turista e não tem ninguém para atendê-lo. A empresa que trouxe nunca mais vai voltar na comunidade. Se eles ficam à disposição esperando o turista, é um dia de trabalho na roça que os caras perdem” (ex-gestora do PARNA de Anavilhanas).

No caso do PAREST Rio Negro – Setor Sul, a gestora afirma que atualmente não há um contato direto dos gestores do PAREST e o *trade* turístico. Como a gestora do Parque está alocada em Novo Airão, algumas informações acabam não chegando até ela. Ela não soube dizer, por exemplo, se existe um contato do *trade* com outras pessoas da SDS/CEUC, mas afirma que o turismo ocorre sem que se peça permissão para entrar no PAREST.

A gestora relata que a relação dos gestores do PAREST Rio Negro com as comunidades é boa, mas no passado era inexistente. Ela acredita que as zonas de uso dos recursos incluídas no novo zoneamento do Parque irão facilitar a fiscalização. De acordo com a gestora, foi feito o zoneamento para o Plano de Ação do Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul. O zoneamento incluiu as áreas de uso sustentável dos recursos pelas comunidades que vivem dentro do Parque e atualmente, existe um Plano que está em processo de aprovação pela SDS. Ela afirma que o IPÊ participou da elaboração do Plano, o que levou a inclusão dessas zonas de uso sustentável, principalmente nas margens do Rio Cuieiras, onde o Instituto atua junto às comunidades⁵.

Por estar localizada muito próximo a Manaus, a pressão do crescimento urbano sobre a RDS do Tupé é muito forte. O ex-gestor da RDS afirma que a Reserva é utilizada como área de lazer pelos habitantes da zona urbana de Manaus⁶. O ex-gestor conta que são poucas as empresas que trazem turistas para a Reserva, e a exceção é uma visita que ocorre a duas famílias indígenas que fazem apresentações de rituais de sua cultura para turistas. O atual gestor da RDS relata que os barcos que visitam as praias trazem alimentos e bebidas para consumo próprio e para serem vendidos. Isso prejudica as comunidades, já que existem barracas que oferecem esse tipo de serviço nas localidades visitadas. As barracas são frutos de um projeto da prefeitura de Manaus para fomentar o turismo nas comunidades próximas às praias.

De acordo com o ex-gestor, o zoneamento da UC incluída no Plano de Manejo ajudará a controlar a visitação. Ele afirma que o zoneamento levou em consideração áreas de visitação e de uso pelas comunidades.

O ex-gestor conta que, devido a proximidade e a facilidade de acesso, muitos moradores de Manaus com alto poder aquisitivo compram lotes das pessoas que moram na Reserva para construir “casas de veraneio”. De acordo com o atual gestor, o aumento da

⁵ “O Plano de Ação foi elaborado pelo IPÊ. Foi delimitada uma área de uso sustentável pelas comunidades. (as áreas de uso) foi feita para facilitar. Eles trabalharam mais nas comunidades do Cuieiras.” (gestora do PAREST Rio Negro).

⁶ “As praias são bastante visitadas, principalmente a praia do Tupé e a praia do Arrombado. Outras praias são visitadas, como a praia do Livramento (comunidade), que são praias menores.” (ex-gestor da RDS do Tupé).

população dentro da RDS é preocupante, pois além dos impactos ambientais, esse processo traz problemas sociais, como pontos de venda de droga e prostituição. Além disso, a infraestrutura nessas localidades é insuficiente para o aumento da demanda⁷.

Quando se trata do relacionamento com as comunidades, o ex-gestor afirma que durante sua gestão o relacionamento em geral era bom. Mas que foi uma conquista ao longo dos anos. O maior conflito ocorreu com a Colônia Central, uma comunidade atípica, por ser a única que não está localizada às margens de um igarapé. Como é de difícil acesso, os comunitários exigem a construção de estradas, e o atual gestor relata que a isso irá aumentar o fluxo de pessoas que não moram dentro da Reserva.

Em relação à outra comunidade, Julião, o ex-gestor acredita que o relacionamento é bom, mas já foi ruim. Para ele, as mudanças tem influência do IPÊ em pontos localizados. Existe um grupo de mulheres que trabalha com a poupa do cupuaçu nessa comunidade. A iniciativa surgiu a partir do apoio de uma ONG chamada Biotupé, mas que atualmente deixou de fomentar o grupo para se dedicar a outras atividades. O IPÊ está incentivando à permanência do grupo.

“O trabalho do IPÊ tenta mostrar através dos cursos para os guias turísticos e reuniões com o trade que a reserva não é só praia e o grupo indígena, mas que tem outros atrativos, como por exemplo, a pesquisa com o grupo de sauí-de-coleira, o grupo de mulheres na comunidade Julião, na comunidade tem o igarapé da Acácia que é excelente para fazer trilha aquática.” (ex-gestor da RDS do Tupé).

5.2.2. Avaliação do Trade Turístico sobre seu relacionamento com os demais atores

Das 22 entrevistadas, 19 empresas atuam na região do Baixo Rio Negro. Dentre os entrevistados, 80% conhecem o IPÊ, e 60% afirmaram que já participaram de alguma oficina que o Instituto organizou. Trinta por cento das pessoas falaram de como são importante os esforços de unir *trade* e gestores. Em 2008, o IPÊ organizou cursos de capacitação para guias turísticos. Também foram oferecidas duas palestras para dar informações técnicas sobre peculiaridades do Rio Negro. Duas pessoas que fizeram o curso disseram que o curso agregou informações que eles aplicam no trabalho⁸.

⁷ “Vai chegar o momento que a escola não será mais suficiente, o posto médico não será mais suficiente”. (gestor da RDS do Tupé).

⁸ “Eu pude ter um conhecimento mais abrangente da região, mais direcionado, mais na prática, por causa do IPÊ. Dos cursos que eles oferecem, da forma que eles procuram a gente. To acostumado em algumas destinações que eu já passei que a pessoa quando entra em contato, entra uma vez e ponto. Aqui não. Mas eles estão o tempo todo em cima de uma forma boa, uma forma saudável. O jeito

"Eu vejo sempre como mediador entre o turismo e os interesses de conservação biológica da área. São interesses em um primeiro momento opostos, e o IPÊ com certeza, foi a primeira organização que viu que tem que conviver com a realidade do turismo já existente. Porque a fiscalização não tem condições de tirar todo mundo, ou seja, você vai parar em um certo roteiro e se perguntar 'onde eu vou levar pra fazer turismo?'. Eu acho que foi por iniciativa também, boa parte, do IPÊ, que começou essa articulação entre IBAMA, órgão federal, o pessoal responsável pela estação ecológica de Anavilhanas, junto com o trade. Foi o grande papel do IPÊ." (Operadora de turismo de Manaus).

Na tabela 12 é possível observar que houve uma pequena melhora de como o *trade* enxerga seu relacionamento com os demais atores. Eles também acreditam que pode melhorar ainda mais daqui para frente.

Tabela 12: Respostas do *trade* sobre como eles vêem seu relacionamento com os demais atores, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu; N= número de entrevistados).

| | | Passado | Presente | Futuro |
|--------------------|----|---------|----------|---------|
| | | N (%) | N (%) | N (%) |
| Comunidades | P | 00 (00) | 01 (06) | 01 (06) |
| | R | 07 (41) | 02 (12) | 01 (06) |
| | B | 06 (35) | 08 (47) | 04 (24) |
| | O | 02 (12) | 05 (29) | 10 (59) |
| | NR | 02 (12) | 01 (06) | 01 (06) |
| Gestores | P | 01 (06) | 02 (12) | 01 (06) |
| | R | 05 (29) | 01 (06) | 01 (06) |
| | B | 07 (41) | 09 (53) | 04 (24) |
| | O | 03 (18) | 04 (24) | 10 (59) |
| | NR | 01 (06) | 01 (06) | 01 (06) |

A melhora no relacionamento do *trade* com os gestores se deve provavelmente pelo esforço do IPÊ em unir esses atores por meio do diálogo. No entanto não é possível afirmar categoricamente que o IPÊ é o responsável, já que a coleta dessa informação através do método utilizado acarretaria um viés à pesquisa.

Das três UCs, o PAREST Rio Negro Setor Sul é o menos visitado pelo *trade*. Apenas sete entrevistados afirmam visitar áreas dentro do Parque. O ponto mais visitado é a comunidade indígena Terra Preta, mas outras também são procuradas como: a

que elas colocam os cursos, a importância dos cursos começou a motivar o pessoal aqui a tá procurando a fazer esses cursos, muitas vezes fora do horário de trabalho, muitas vezes num domingo, num feriado, alguma coisa assim. E quando a gente volta a gente sempre é 'puxa que legal aprendi isso, aprendi aquilo'. E isso, a gente passa pro turista." (Guia de turismo de Manaus).

comunidade Bela Vista (Jaraqui); a comunidade indígena Nova Esperança; e, a comunidade indígena Três Unidos. Na RDS do Tupé, o ponto mais visitado é uma comunidade indígena onde ocorrem apresentações de rituais xamânicos. Os entrevistados informaram não ter contato direto com os gestores do Parque ou da Reserva.

O PARNA de Anavilhanas é o mais visitado. 13 entrevistados afirmam utilizar a área em roteiros fixos ou em visitas esporádicas. Apesar de perceberem os esforços do IPÊ, os empresários do turismo ainda reclamam das proibições sobre a visita no PARNA de Anavilhanas. Outro ponto que os operadores mencionam ser problemático é a abordagem violenta dos fiscais aos barcos de turismo⁹.

“O fiscal poderia ter vindo falar, „você tá em uma área proibida então por favor se retire“. Mas eu tô há três meses com o barco parado, a multa foi de oito mil reais, mil reais por turista, nisso é realmente de ruim pra péssimo. Da lei não diferenciar o barco de turismo, barco pesqueiro e barco traficante, é a mesma abordagem, eles chegam com arma na mão.” (Operador de turismo de Novo Airão).

A questão da recategorização da Estação Ecológica de Anavilhanas para Parque Nacional de Anavilhanas gerou muitas dúvidas para o *trade*. Três operadores expressam a preocupação de que, agora que é parque nacional, vão haver ainda mais proibições.

“Por lei o Parque Nacional de Anavilhanas é proibido agora. Desde o ano passado, você deve saber. É proibido de fazer turismo dentro dele. Até dia 23 de outubro do ano passado era permitido, não tinha problema. Não tinha tanto problema, era reserva, era menos burocrático.” (Guia de turismo de Manaus).

De acordo com os entrevistados que atuam há mais tempo na região, os operadores de barcos de turismo e as comunidades ribeirinhas sempre tiveram uma relação amistosa (figura 8). No início, há 20 anos, existia uma certa relação de dependência das comunidades com os barcos de turismo, pois estes eram um dos únicos acessos a

⁹ *“Ou seja, perseguindo aqueles que eles conseguiam pegar, que são as pessoas que não fogem, que são os operadores de turismo. Os madeireiros continuam desmatando como antes, todo mundo destruindo tudo e os pobres barcos de turismo, só porque a gente estava estacionado em lugar proibido ou não sei o que, era apreensão, multa, tomaram as canoas. Os barcos já foram abordados na calada da noite, as três da manhã com os fiscais do IBAMA de metralhadora entrando num barco de turismo, os turistas falando: cara isso aqui é pirata? A coisa ficou de uma forma que está muito difícil trabalhar.”* (Operador de turismo de Manaus).

mantimentos e medicamentos às comunidades¹⁰. No entanto, essa relação está mudando. Alguns operadores julgam que as transformações refletem as ações de diversas organizações nas comunidades¹¹.



Figura 8: Embarcação turística visitando a comunidade Terra Preta (Julia Coda, 2009).

Dentre os entrevistados, 35% afirmaram que a expectativa dos comunitários de que o turismo pode ser uma fonte de renda é muito alta atualmente. Isso se justifica pela proibição do corte e da venda de madeira com a criação das UCs, o que resultou em muitos comunitários terem perdido sua fonte de renda principal. Assim, os comunitários tem grandes expectativas e quase que “exigem” do *trade* que os turistas comprem artigos que produzem.

“E o discurso deles é, „você têm que comprar as nossas coisas, tem um barco que é muito legal, tudo que a gente oferece eles compram“. E eu falei, „você podem oferecer, mas o pessoal tem o direito de querer ou não, porque às vezes o barco tá cheio de coisa já.“ Mas o barco que é legal não pode ser o que compra tudo, porque se não vou falar, „o caboclo legal é o que dá tudo pra gente“.”
(Operador de turismo de Novo Airão).

¹⁰ “Nesses 25 anos, 23 anos, havia uma harmonia fantástica entre o *trade*, os donos de barcos e os ribeirinhos. Eles adoravam, chega o pessoal lá de longe eles queriam dar *tchauzinho*, certo?! Eles sabiam que a gente ia lá, os turistas traziam presentes, a gente dava uma cesta básica.” (Operador de turismo de Manaus).

¹¹ “Esse trabalho feito entre a AMAZONASTUR e mais 500 organizações de apoio as comunidades ribeirinhas, conseguiu transformar os ribeirinhos em inimigos dos operadores de turismo. Ou seja, os lugares que antes eu era recebido com carinho, crianças vinham abraçar a gente, hoje jogam pedras no turista. Eu não sei exatamente como vai continuar isso, mas a tendência é piorar cada dia mais.” (Operador de turismo de Manaus).

“Então eles compram idéias muito rápido, depois vem alguém e fala diferente e eles mudam de idéia muito rápido. Eles tão na transição daquele mundo anterior e agora uma vida futura que eles aprenderam com a televisão, mas eles não sabem onde estão. Então existe uma insatisfação muito grande, qualquer coisa que você chegue prometendo, eles ficam com uma expectativa imensa.” (Operador de turismo de Novo Airão).

Dos entrevistados, 30% mencionaram que as comunidades precisam de mais organização para receber o turismo. Porém, uma preocupação expressada reflete-se ao fato de muitas comunidades estarem perdendo suas características. Alguns empresários (26% dos entrevistados) citaram a apresentação de um ritual indígena por uma comunidade na RDS do Tupé como exemplo de um atrativo bem organizado¹².

“Porque você chega em uma comunidade, ela tá suja, não tem nada de interessante, você vai mostrar como vive o pessoal, poucas tem algo pra trocar ou pra vender, e não tem como deixar muita coisa lá. Então nisso gera uma decepção grande do pessoal da comunidade com o turismo, com a gente, as empresas de turismo, eles pensam „eles tão enriquecendo e a gente continua pobre“.”(Operador de turismo de Novo Airão).

5.2.3. Avaliação dos comunitários sobre seu relacionamento com os demais atores

Das comunidades que o IPÊ considera parceiras, 77% dos entrevistados conhecem o IPÊ e, desses, 87% se dizem parceiros do IPÊ. Nas comunidades Nova Esperança e São Sebastião todos conhecem e se consideram parceiros do IPÊ. Isso se deve ao fato do IPÊ ter um maior contato com essas comunidades¹³.

“A atuação do IPÊ aqui foi importante para a vida de todo o mundo, por causa que, sobre a educação ambiental, a educação que a população não tinha e hoje todo o mundo está respeitando o limite, a área de parque. Todo o tempo de regulamento foi através do IPÊ, longos tempos conquistando o pessoal, explicando pra eles como é que a gente poderia viver dentro da selva, usando ela. ”(morador da Comunidade São Sebastião).

Ainda assim, 58% dos entrevistados das comunidades “não parceiras” disseram conhecer o IPÊ. A razão deve-se ao fato do IPÊ ter realizado pelo menos duas excursões às comunidades da margem esquerda do Rio Negro, com o intuito de informar sobre a existência do PAREST Rio Negro – Setor Sul. Também foi feito um DRP nessas

¹² *“Aqui a gente explica pra ele que a gente não tá indo em uma aldeia indígena, a gente tá indo em uma comunidade indígena que eles mantêm a tradição deles e mantêm certa parte espiritualista deles, que eles trabalham com turismo, mas que vão ver uma dança autêntica. Até eles falam na apresentação deles que uma dança que leva 15 minutos ali na verdade dura 24 horas na comunidade.”* (Operador de turismo de Manaus).

¹³ *“Faz um bocadinho de tempo que tá aqui. O IPÊ é parceiro, pelo que eu fico observando, o IPÊ tem uma parceria muito ótima com a comunidade. Ele orienta gente como eu, como eu sou o presidente da comunidade, ele ajuda eu manter a minha aldeia. Quando eu tenho uma dúvida o IPÊ ajuda muito.”* (morador da Comunidade Nova Esperança).

comunidades em 2006, para o Plano de Gestão do PAREST, cujo diagnóstico foi aplicado pelo IPÊ¹⁴.

Em relação ao trabalho com turismo, os moradores de algumas comunidades estão se organizando para melhorar seus atrativos. Na comunidade Nova Esperança, existe uma associação de artesãos, que mesmo não tendo participado diretamente de sua criação, o IPÊ vem apoiando os trabalhos realizados como, por exemplo, com a compra de ferramentas. Já na comunidade São Sebastião, o IPÊ incentivou a criação de um Grupo de Mulheres para a produção de doces. Em 2008 e em 2009, o IPÊ proporcionou um intercâmbio entre as mulheres da comunidade do Julião, onde já existia um grupo de mulheres bem estruturado, e as mulheres das comunidades do Rio Cuieiras. Como resultado, em 2009, as mulheres da comunidade começam a reformar sua sede e produzir doces para vender¹⁵. Na comunidade São Sebastião já existem iniciativas dos próprios comunitários em criar atrativos turísticos para aumentar a visitação. É o caso da Festa do Peixe-Boi, que aconteceu pela primeira vez em Novembro de 2009.

(...) nós inventamos a festa do peixe boi. Teve gente que não gostou de todo esse projeto nosso aqui, porque é um folclore assim que é totalmente cultural, totalmente ecológico. (morador da Comunidade São Sebastião).

Atualmente, o IPÊ não está atuando diretamente com a comunidade Nova Canaã. Já o contato na comunidade do Julião é constante, mas geralmente com apenas um morador, que é o tratador do grupo de saúns-de-coleira (*Saguinus bicolor*). Existe um contato com o grupo de mulheres da comunidade Julião, mas não foi possível entrevistar nenhuma das mulheres, pois elas não estavam na comunidade no momento das entrevistas.

Os resultados indicam que não houve uma melhora no relacionamento entre as comunidades e o *trade* ao longo do tempo ($X^2=2.5365$, $gl=1$, $p=0.1112$ – Tabela 13). No entanto, isso pode ser decorrente de não ter havido atividades do Projeto de Turismo com a intenção de amenizar conflitos entre comunidades e *trade*.

As comunidades “parceiras” e “não-parcerias” foram comparadas entre si, quanto ao relacionamento entre elas e os demais atores, nos diferentes períodos de tempo. Em

¹⁴ “Já, eles já vieram conversar aqui. De vez em quando tem uma palestra aqui, e conversa sobre o parque, sobre o meio ambiente, sobre as florestas, que não pode desmatar.” (morador da Comunidade Costa das Araras).

“Eles explicaram tudo aqui pra uma reunião. Mas eles orientaram nós. Eles disseram „Olha daqui mais uns dias vocês não vão mais poder vão ser proibidos:” (morador da Comunidade Bela Vista).

¹⁵ “Foi um barco de turista que encostou aí, compraram alguns bombons deram uma ajuda no clube, se não me engano deram R\$ 120 para o clube aí tudo isso já é uma força.” (moradora da Comunidade São Sebastião).

“O trabalho foi divulgado em uma feira no Rio de Janeiro.” (moradora da Comunidade São Sebastião).

relação ao relacionamento dos comunitários com o *trade* no passado, não houve diferença entre as comunidades ($X^2=1.34$, $gl=1$, $p=0.25$). No entanto, os resultados apontam para diferenças do relacionamento com o *trade* no presente ($X^2=13.85$, $gl=1$, $p=0.0002$). Provavelmente, as ações do IPÊ nas comunidades parceiras podem ter influenciado essa diferença, mas não se pode afirmar com certeza que o Instituto é responsável pela diferença.

Tabela 13: Porcentagem de respostas sobre como o comunitário vê seu relacionamento com o *trade* turístico, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu; N= número de entrevistados).

| | | Passado N (%) | Presente N (%) | Futuro N (%) |
|----------------------------------|----|------------------|-------------------|-----------------|
| Total | P | 07 (13) | 04 (07) | 01 (02) |
| | R | 17 (30) | 12 (21) | 10 (18) |
| | B | 29 (52) | 26 (46) | 30 (54) |
| | O | 01 (02) | 13 (23) | 11 (20) |
| | NR | 02 (04) | 01 (02) | 04 (07) |
| Comunidades Parceiras | P | 04 (13) | 01 (03) | 01 (03) |
| | R | 11 (37) | 01 (03) | 09 (30) |
| | B | 13 (43) | 15 (50) | 13 (43) |
| | O | 01 (03) | 12 (40) | 05 (17) |
| | NR | 01 (03) | 01 (03) | 02 (07) |
| Comunidades Não Parceiras | P | 03 (12) | 03 (12) | 00 (00) |
| | R | 06 (23) | 11 (42) | 01 (04) |
| | B | 16 (62) | 11 (42) | 17 (65) |
| | O | 00 (00) | 01 (04) | 06 (23) |
| | NR | 01 (04) | 00 (00) | 02 (08) |

Quando questionados sobre se há trabalhos com turismo, 84% das pessoas disseram que a comunidade recebe turistas. Mas, a maioria (78%) não soube informar o nome da empresa de turismo que traz os turistas à comunidade. Todavia, apenas metade (52%) dos comunitários fazem algum tipo de atividade, principalmente sendo guias em trilhas na própria comunidade onde vivem ou produzindo e vendendo artesanato (figura 9). Muitas das pessoas que não trabalham com turismo reclamaram de que a renda não é distribuída para a comunidade toda¹⁶.

¹⁶ "Se tivesse turista pra todas as pessoas trabalharem, seria uma opção boa. Mas a maioria dos turistas que vem, já vem certo com o seu pessoal. Poderia (ser uma alternativa) se viesse pra comunidade toda trabalhar." (morador da Comunidade Bela Vista).



Figura 9: Artesãs confeccionando artesanato na Comunidade Nova Esperança (Foto: Julia Coda, 2009).

Alguns comunitários se queixaram de que os guias muitas vezes contratam um morador para conduzir turistas em alguma trilha de sua propriedade. Porém, depois que o guia aprende onde é a trilha, o morador é descartado, pois o próprio guia acaba levando os turistas e passa a não mais pagar pelo uso da trilha¹⁷. A visão que os comunitários têm do *trade* depende muito da renda que entra na comunidade por conta do turismo. Se um grupo de turistas compra artesanato ou outros produtos da comunidade, o entrevistado avalia a empresa com “Bom” ou “Ótimo”¹⁸.

“Olha, aqui mesmo, não só eu, mas todos tão, toda família tão reclamando que tão somente visitando. Não tão deixando nada comprando nada, o produto não sai. Só escuta comentário depois que o barco vai: ai não compraram nada, chegou tantas pessoas e não compraram nada.” (morador da Comunidade Terra Preta).

Existe, sem dúvida, um consenso de que o turismo pode ser uma alternativa financeira para a comunidade. Como se pode ver na tabela 13, 75% das pessoas querem ter uma

¹⁷ *“Inclusive o pessoal vinha e eles faziam a caminhada uma vez né, por exemplo, eles vinham de oito em oito dia. Hoje por exemplo, se eles viessem hoje, você levava eles lá, quando deu oito dias da data que eles voltavam de novo aí já nem ia mais lá com você já passavam direto então eles nem estava trazendo a renda para ficar ali né. Eles seguiam o caminho e iam embora e a gente ficava...”* (morador da Comunidade São Sebastião).

¹⁸ *“Vem gente e compra, outras não compra. Tem viagem que nem todos faturam. O pessoal dos barcos falam que vai melhorar.”* (moradora da Comunidade Nova Esperança).

boa relação com o *trade* no futuro, o que decorre da vontade de se ter uma fonte de renda alternativa, já que a fonte principal sempre foi a venda da madeira¹⁹.

Quando se trata do relacionamento com os gestores das Unidades de Conservação, também não houve melhora ao longo do tempo ($X^2=0,3669$, $gl=1$, $p=0,5447$ – Tabela 14). Quando comparadas as comunidades “Parceiras” e “Não Parceiras”, houve diferença entre os dois grupos no relacionamento com os gestores no passado ($X^2=8,4$, $gl=1$, $p=0,004$). Entretanto, atualmente não há diferença entre os dois grupos quando se trata do relacionamento com os gestores ($X^2=0,59$, $gl=1$, $p=0,44$). A diferença no passado pode ser explicada pelo fato de que as comunidades “Não Parceiras” estão às margens do Rio Negro e do PARNA de Anavilhanas, e seus habitantes eram mais frequentemente abordados por fiscais do IBAMA do que as comunidades “Parceiras”, localizadas no Rio Cuieiras. Além disso, a recente questão da permanência das comunidades, tanto “Parceiras” quanto “Não Parceiras”, dentro do Parque Estadual Rio Negro tem causado o descontentamento em relação às organizações gestoras. Desta forma, 58% responderam que atualmente têm uma relação ruim ou péssima com os gestores.

Tabela 14: Porcentagem de respostas sobre como o comunitário vê seu relacionamento com os gestores das UCs, para os três períodos cronológicos. O Futuro está relacionado com as esperanças e anseios dos entrevistados (P=péssimo; R=ruim; B=bom; O=ótimo, NR=não respondeu).

| | | Passado | Presente | Futuro |
|----------------------------------|----|---------|----------|---------|
| | | N (%) | N (%) | N (%) |
| Total | P | 08 (12) | 10 (15) | 12 (18) |
| | R | 32 (49) | 28 (43) | 11 (17) |
| | B | 20 (31) | 23 (35) | 23 (35) |
| | O | 01 (02) | 02 (03) | 15 (23) |
| | NR | 04 (06) | 02 (03) | 04 (06) |
| Comunidades Parceiras | P | 02 (07) | 04 (13) | 04 (13) |
| | R | 11 (37) | 12 (40) | 03 (10) |
| | B | 14 (47) | 11 (37) | 12 (40) |
| | O | 01 (03) | 02 (07) | 10 (33) |
| | NR | 02 (07) | 01 (03) | 01 (03) |
| Comunidades Não Parceiras | P | 06 (17) | 06 (17) | 08 (23) |
| | R | 21 (06) | 16 (46) | 08 (23) |
| | B | 06 (17) | 12 (34) | 11 (31) |
| | O | 00 (00) | 00 (00) | 05 (14) |
| | NR | 02 (06) | 01 (03) | 03 (09) |

¹⁹ “Ia ser uma coisa boa, porque eu tenho um terreno, né. Eu tava com vontade é de derrubar essa área de terra. Se aparecesse turismo e eu trabalhasse com eles... Eu trabalho também com artesanato. É aí eu vendida pra eles, né, e seria melhor para a minha família e para as minhas duas filhas. Se eu derrubasse seria pior, né, porque eu não poderia fazer caminhada dentro dela.” (morador da Comunidade São Sebastião).

De acordo com 77% dos entrevistados, a principal causa do mau relacionamento com os gestores é a proibição do uso de recursos nas áreas das UCs. Desses, 44% afirmam ser por causa da madeira, 22% responsabilizam a restrição à pesca, principalmente em lagos de Anavilhanas, 15% apontam para as áreas de roça, e 5% mencionam a caça²⁰. Outro fator que preocupa as pessoas que vivem dentro do PAREST Rio Negro – Setor Sul é a questão de eles terem que sair. Constatou-se que 34% das pessoas que vivem em comunidades dentro do parque mencionaram que não querem sair do parque Rio Negro²¹.

6. Passo 6: Conclusões e Sugestões

Esta avaliação permitiu observar que o Projeto de Turismo com Base Comunitária tem avançado em se tratando de como os atores interagem entre si. No entanto, há ainda algumas lacunas a serem preenchidas. A tabela 15 aponta os sucessos e lacunas do projeto que foram levantados nessa avaliação.

Tabela 15: Êxitos e problemas apontadas pela avaliação.

| Êxitos do Projeto de Turismo | Problemas a serem trabalhados |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • O diálogo entre gestores e <i>trade</i> existe, mesmo que ainda exista um certo conflito; • Todos os comunitários entrevistados sabem da existência das UCs; • Grupos de Mulheres em comunidades do Rio Cuieiras estão empenhadas em produzir doces e geléias para vender; • O Plano de Gestão do PAREST Rio Negro incluiu áreas de uso para as comunidades locais; • O <i>trade</i> participou da definição das áreas que serão destinadas ao uso público dentro do PARNA de Anavilhanas, indicando os pontos de visitação dentro do parque. | <ul style="list-style-type: none"> • Os gestores e o <i>trade</i> estão descontentes com as áreas destinadas a uso público no PARNA de Anavilhanas. Algumas empresas de turismo tem dúvidas sobre a recategorização de Anavilhanas; • Não existe o contato entre gestão das áreas estaduais e <i>trade</i>; • Existe uma forte pressão sobre a RDS do Tupé por moradores de Manaus; • Abordagem dos fiscais do IBAMA a barcos de turismo é agressiva; • A renda gerada por atividades de turismo nas comunidades atingem apenas indivíduos, e não a comunidade como um todo. O <i>trade</i> nem sempre paga para usar trilhas nas comunidades. |

²⁰ “Rapaz eu acho uma coisa boa e outra coisa ruim, porque eu queria tirar a madeira pra mim e eles tão prendendo madeira.” (Morador da Comunidade Julião)

“Agora ninguém pode pescar, ninguém pode caçar, ninguém pode abater madeira, pra roçar tem que ser só aquele limite.” (Morador da Comunidade Bela Vista)

²¹ “Falaram que isso daqui era parque. Achei ruim porque falaram que a gente ia sair daqui. Iam tirar todo mundo daqui daí...Sair da terra que a gente tá acostumado e colocar em uma estranha que a gente não conhece. Continuam falando que a gente vai ter que sair daqui.” (Morador da Comunidade Nova Esperança).

As parcerias firmadas entre o IPÊ e os órgãos gestores das UCs permite que ambos tenham um canal aberto de diálogo. E o fato do IPÊ não ser “governo”, facilitou a inclusão do *trade* nesse diálogo. No entanto, a mudança de categoria do Arquipélago de Anavilhanas, de Estação Ecológica para Parque Nacional, causou um certo abalo no diálogo entre os dois grupos de atores. A recategorização ainda gera muitas dúvidas sobre como será manejada a questão da visitação no parque. Além disso, a questão do *trade* sair da ilegalidade implica que eles realmente terão que respeitar as áreas de visitação predeterminadas no Plano Emergencial de Uso Público. Inclusive, muitas empresas terão que mudar suas rotas de navegação dentro da área do parque. Por outro lado, existe uma preocupação da parte da gestão do parque em relação à fiscalização, pois a área determinada para o uso público é relativamente grande.

Como o Plano Emergencial de Uso público de Anavilhanas, e os planos de Gestão do Parque Sul e da RDS do Tupé estão em fase de aprovação, será necessário informar o *trade* sobre esses documentos. Inclusive, deve ser cobrado do *trade* uma adequação a possíveis mudanças nas áreas de uso das UCs.

Durante as entrevistas com os empresários, pôde-se perceber que as reuniões do *trade* com os gestores não são tão frequentes, e quando elas ocorrem, geralmente são muito longas (duram pelo menos um período do dia). Dessa forma, muitos empresários não podem participar, pois não dispõem de tanto tempo para se ausentarem de seu trabalho. Assim, sugere-se que as reuniões entre o *trade* e os gestores sejam mais frequentes, e essas devem ocorrer não só em Manaus, mas também em Novo Airão. Além disso, essas reuniões deviam ser curtas e fora do horário comercial, na tentativa de atrair o maior número de pessoas possível. O pertinente é trabalhar temas curtos a cada reunião. Além disso, sugere-se que sejam elaborados relatórios informativos curtos ao final de cada encontro. O relatório pode ser enviado para todas as empresas de turismo da região, mesmo as que não estão envolvidos, na tentativa de atingir e instigar a participação do maior número de pessoas.

Uma das questões mais emergentes que deve ser trabalhada nas reuniões entre *trade* e gestores é a questão da fiscalização dos barcos de turismo. Muitos empresários reclamaram da maneira como os barcos são abordados pelos fiscais do IBAMA, que afirmam que os fiscais são violentos e entram nos barcos com armamento pesado, assustando os turistas. Os empresários compreendem que os fiscais também lidam com madeireiros e contrabandistas que podem estar armados, mas acham que a abordagem poderia ser diferente com os barcos de turistas.

Os próprios empresários sugerem que seja feito um cadastro dos barcos de turismo que atuam na região, e que os fiscais tenham acesso a esse documento. Além disso, o cadastro pode conter a rota habitual do barco, com o cronograma de visitação, se possível. Com o cadastro em mãos, os fiscais saberão se aquele barco é ou não uma embarcação de turismo e se está dentro do programa de visitação.

O IPÊ também pode oferecer um curso para capacitar os fiscais do IBAMA. O curso pode tratar de capacitar sobre abordagens adequadas aos barcos de turismo, com comportamentos compatíveis com a atividade turística, que é hoje fonte de renda e pode ser ainda bastante enriquecida com a qualificação e o aprimoramento do turismo da região.

Em relação às comunidades, antes da chegada do IPÊ, as pessoas que vivem nas comunidades da margem esquerda do Rio Negro não sabiam da existência do PAREST Rio Negro – Setor Sul. As excursões de sensibilização promovidas pelo IPÊ mudaram esse cenário, mas gerou um novo conflito. Atualmente, as pessoas que vivem dentro do Parque temem em ter que sair de suas casas, mas a aprovação do Plano de Gestão do Parque Sul pode mudar essa situação. Outro problema é que a fonte de renda de muitas famílias sempre foi a exploração madeireira. Com a presença do PAREST e o aumento da fiscalização, muitas pessoas deixaram a atividade, ou trabalham na ilegalidade.

O IPÊ tem buscado alternativas econômicas para as comunidades do Rio Cuieiras. Este trabalho deve continuar e, se possível, ser intensificado. O turismo é uma dessas alternativas, mas não será possível atender a todas as pessoas que vivem na região.

Uma maneira de ampliar as atividades relacionadas ao turismo é fazer um levantamento dos possíveis atrativos e potencialidades turísticas nas comunidades onde estão ocorrendo os projetos do IPÊ. Devem ser levados em consideração as atividades cotidianas dos comunitários, como a coleta de recursos da floresta e a roça. As atividades cotidianas podem ser transformadas em atrativos turísticos, na vez que o turista pode participar de uma atividade, que o ajudará a compreender melhor a forma de vida e ampliar o valor atribuído à região. Desse modo, o comunitário pode manter o seu meio de vida e não se deslocar totalmente de suas atividades diárias para receber os turistas, tendo ainda seu orgulho e autoestima mais elevados.

Como a maioria dos comunitários entrevistados não souberam informar quais empresas de turismo visitam suas comunidades, sugere-se que os comunitários façam o monitoramento da atividade receptiva. Os comunitários podem ser capacitados a monitorar a visitação, preenchendo uma planilha que contenha informações como, por exemplo: i) Nome da empresa ou do canoieiro que está transportando os turistas; ii) nome

do guia turístico; iii) número de turistas; iv) atividades elaboradas; v) produtos mais vendidos ou serviços mais procurados. Isto servirá para que o projeto e a comunidade tenham mais controle sobre a visitação, além de conhecer o perfil de seus clientes, quais atividades e/ou produtos que são mais procurados. A partir dessas informações, os esforços do projeto podem ser mais focados onde são mais necessários.

O *trade* aponta que as comunidades deveriam ser mais organizadas em relação à limpeza da área visitada e também na prestação de serviços. Além disso, considerou necessário diversificar os atrativos das comunidades, pois se todas as comunidades oferecerem o mesmo tipo de atrativo, os barcos v o parar nas comunidades que melhor oferecê-los, ou as que cobrarem menos.

Num segundo momento, existe a possibilidade de se fazer um acordo de visitação entre o *trade* e as comunidades. O acordo poderia conter possíveis roteiros pelas comunidades, e as comunidades não teriam atividades concorrentes, mas complementares. Desta forma, as atividades oferecidas por uma determinada comunidade poderia ser exclusiva da mesma, e esta teria que manter um padrão de qualidade dos serviços prestados. O *trade* teria que se comprometer em não mais utilizar áreas das comunidades sem pagar. Os recursos arrecadados deveriam servir à comunidade e não a indivíduos, como ocorre atualmente. Esses recursos poderiam ser usados para o pagamento de s lrios das pessoas que trabalhem nos atrativos turísticos, na manutenção dos locais visitados e de infraestrutura da comunidade, com itens como combustível para gerador de energia, melhorias nas escolas e postos de saúde. Assim, as pessoas que trabalham diretamente com turismo teriam uma fonte de renda, como um s lrio, e as pessoas que não estão vinculadas a esta atividade, mas vivem na comunidade, receberiam benefícios indiretos. O IPÊ, em seu projeto em andamento, pode testar essa sugestão na comunidade Nova Esperança, onde já existe uma associação dos comunitários que trabalham com artesanato e recebem grupos fixos de uma determinada empresa periodicamente.

Assim, esta avaliação mostrou que o Projeto de Turismo do IPÊ já alcançou grandes conquistas. O diálogo entre *trade* e gestores, mesmo que conflituoso é um grande avanço. As comunidades onde o IPÊ atua já demonstram iniciativas próprias e grande interesse em diversificar as fontes de renda visando a conservação ambiental. Entretanto, a avaliação demonstrou também que o empenho do IPÊ pode ser aprimorado para avançar ainda mais na busca do turismo sustentável para a região. Desta forma, essa pesquisa pode ser considerada como uma linha de base, ou seja, como uma fotografia da realidade atual para direcionar os próximos passos que o Instituto realize na região do Baixo Rio Negro.

Parte 3 – Sugestões de ferramentas para avaliar as futuras atividades do Projeto de Turismo.

Em 2009, a USAID aprovou uma proposta para o projeto de turismo, com duração de quatro anos. O projeto, com o nome de “Conservando Florestas na Região do Baixo Rio Negro através do Ecoturismo”, tem como objetivo principal promover a conservação socioambiental desta região por meio do envolvimento das instituições públicas de turismo e meio ambiente, das comunidades locais, operadores de turismo e guias, e a ampliação do conhecimento sobre a interpretação ambiental, contribuindo para o ordenamento e sustentabilidade das atividades turísticas. A intenção é dar continuidade ao projeto inicial (descrito na Parte 2 desse trabalho).

Para avaliar as ações da proposta da USAID, a metodologia utilizada na Parte 2 deve ser repetida ao final das atividades relacionadas a mesma, utilizando as informações coletadas na Parte 2 como uma linha de base para a atual proposta. Além disso, podem ser adicionadas outras ferramentas para avaliar novas atividades dessa proposta. Desta foram, a tabela 16 apresenta possíveis ferramentas a serem utilizadas no processo de avaliação para cada atividade.

Tabela 16: Objetivos, atividades e as possíveis ferramentas que poderão ser utilizadas para a avaliação das atividades do Projeto “Conservando Florestas na Região do Baixo Rio Negro através do Ecoturismo”.

| Objetivo específico | Atividades | Ferramentas Sugeridas |
|---|---|-------------------------------|
| I. Compreender a dinâmica dos processos que envolvem a atividade turística no mosaico de unidades de conservação do baixo Rio Negro | a. Realizar reuniões regulares com o trade turístico dos municípios de Manaus e Novo Airão | Diálogo com grupo de trabalho |
| | b. Realizar expedições regulares para as áreas do projeto | Observação-participante |
| | c. Realizar reuniões com comunitários para o planejamento das atividade | Chuva de idéias |
| II. Integrar os diferentes atores que atuam no turismo na região e promover capacitação | a. Realizar cursos de interpretação ambiental para guias e condutores turísticos de Manaus e Novo Airão que atuam na região do baixo Rio Negro. | Entrevista estruturada |
| | b. Realizar cursos de interpretação ambiental para comunitários. | Matriz Histórica |
| III. Incentivar o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis baseadas no ecoturismo | a. Realizar intercâmbios de iniciativas sustentáveis com outras comunidades da região | Diagrama de fluxo |
| | b. Implementar uma trilha interpretativa piloto | ranking |
| | c. Apoiar um grupo de mulheres para a produção e a comercialização de produtos da floresta | Mapa de intercâmbios |
| | d. Promover o aperfeiçoamento da produção artesanal da região | Observação-participante |

Cada objetivo e as atividades para atingi-lo estão expostos a seguir com a ferramenta de avaliação que poderá ser utilizada. As definições das ferramentas sugeridas encontram-se nas tabelas da Parte 1 deste trabalho.

Objetivo 1: Compreender a dinâmica dos processos que envolvem a atividade turística no mosaico de unidades de conservação do baixo Rio Negro.

Atividade 1: Realizar reuniões regulares com o *trade* turístico dos municípios de Manaus e Novo Airão. A realização de reuniões regulares com esses atores promove a compreensão do processo turístico e dos conceitos de sustentabilidade.

Ferramenta de avaliação sugerida: Diálogo com grupo de trabalho (Geilfus, 1997) – esta ferramenta é utilizada quando existem grupos de pessoas com interesses e condições em comum. Ela é útil para se discutir e solucionar problemas específicos de cada grupo. Como o *trade* tem interesses comuns em torno do uso das UCs, essa ferramenta possibilita que os participantes façam sugestões e críticas ao trabalho que está sendo feito pelo IPÊ. Além disso, é possível realizar comparações com as opiniões dos outros grupos de atores. A aplicação da ferramenta pode ser feita ao final de cada reunião, ou, se os encontros forem frequentes, pode-se aplicá-la após um determinado número de reuniões. É possível levantar indicadores para os próprios participantes autoavaliarem o progresso das discussões em uma reunião inicial. Essa ferramenta serve também para monitorar as reuniões e avaliar a aplicação do que foi discutido no dia a dia dos participantes. O mediador, ou alguém da equipe de organização, deve anotar o que foi falado na reunião e repassar aos demais participantes.

Possíveis indicadores: conflitos com outros atores minimizados; limites das áreas de uso das UCs respeitados; trilhas interpretativas implementadas utilizadas.

Atividade 2: Realizar expedições regulares para as áreas do projeto. Essas expedições podem promover a aproximação dos técnicos com os comunitários envolvidos com o projeto e possibilita o monitoramento das atividades.

Ferramenta de avaliação sugerida: Observação-participante (Geilfus, 1997) – o pesquisador observa o grupo foco em suas atividades cotidianas. Como os pesquisadores só observam, é possível avaliar se as ações direcionadas para as

comunidades estão sendo internalizadas pelos comunitários. Podem ser feitas expedições específicas para a aplicação dessa ferramenta. É importante que o pesquisador anote o que está observando para fazer comparações futuras.

Possíveis indicadores: O pesquisador pode observar como é o processo da venda de produtos elaborados pelos grupos de mulheres, ou como o guia local apresenta a trilha com um grupo de turistas, ou se alguma nova iniciativa surgiu por algum comunitário motivado pelas iniciativas ligadas ao turismo.

Atividade 3: Realizar reuniões com comunitários para o planejamento das atividades.

Ferramenta de avaliação sugerida: Chuva de idéias (Geilfus, 1997) – os participantes fazem sugestões em cima de determinado tema. Como o planejamento das atividades será feito de forma participativa, a escolha dos indicadores para avaliar essas atividades também deve ocorrer de forma participativa. A chuva de idéias é uma ferramenta rápida e possibilita que os próprios comunitários sugiram a forma da coleta das informações.

Possíveis indicadores: Os indicadores devem ser levantados pelos comunitários, mas podem incluir sugestões possíveis de serem implantadas que visem a melhoria da vida local e a proteção da natureza, dentro da linha do turismo sustentável.

Objetivo 2: Integrar os diferentes atores que atuam no turismo na região e promover capacitação.

Atividade 1: Realizar cursos de interpretação ambiental para guias e condutores turísticos de Manaus e Novo Airão que atuam na região do baixo Rio Negro.

Ferramenta de avaliação sugerida: Entrevista estruturada – podem ser enviados questionários via e-mail antes e após a capacitação, para registrar a aquisição de conhecimentos e valores dos participantes. Um terceiro questionário pode ser aplicado após um certo tempo da ocorrência da capacitação, visando registrar o impacto do curso na atividade turística. Isto permitirá aos executores do projeto e aos professores da capacitação verificarem se o que foi apresentado aos guias e condutores está sendo aplicado.

Possíveis indicadores: conhecimento aprendido e aplicado.

Atividade 2: Realizar cursos de interpretação ambiental para comunitários.

Ferramenta de avaliação sugerida: Matriz Histórica (Faria e Ferreira Neto, 2006) – em uma matriz, podem ser colocados como é a atuação do comunitário frente a uma questão, como por exemplo, como o mateiro se comporta quando está em uma trilha. Pode-se aplicar a matriz antes do início da capacitação, e também ao final de cada etapa, para que os participantes possam comparar como eles atuavam antes e como eles poderão atuar após a capacitação. Essas informações devem ser guardadas para que sejam comparadas em futuros cursos de capacitação, ou podem ser avaliadas através da ferramenta observação-participante, citada anteriormente.

Possíveis indicadores: conhecimento aprendido e aplicado.

Objetivo 3: Incentivar o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis baseadas no ecoturismo.

Atividade 1: Realizar intercâmbios de iniciativas sustentáveis com outras comunidades da região. Esses intercâmbios permitem a troca de experiências e podem despertar o interesse em criar produtos e serviços relacionados ao turismo com geração de renda para as populações locais.

Ferramenta de avaliação sugerida: Diagrama de fluxo – se trata de uma representação gráfica das trocas feitas entre diferentes grupos. Esta ferramenta permite que os participantes reflitam sobre as trocas que foram feitas entre os grupos. Pode-se escrever o nome dos grupos (ou das comunidades) que participaram em uma folha de papel grande e desenhar setas saindo de quem ensinou em direção a quem aprendeu. Desta forma, o participante pode refletir não apenas sobre o que aprendeu, mas também sobre o que ensinou. A ferramenta pode ser aplicada ao final de cada intercâmbio.

Possíveis indicadores: técnica de produção artesanal aprendida/ensinada.

Atividade 2: Implementar uma trilha interpretativa piloto. A trilha possibilitará o treinamento de guias/condutores nas técnicas de interpretação ambiental.

Ferramenta de avaliação sugerida: *Ranking* (Shapiro, 2009) – durante a aplicação desta ferramenta, os participantes classificam o que se está sendo monitorado a partir de notas (números) ou classes predeterminadas. Esta

ferramenta pode ser utilizada tanto no treinamento dos condutores da trilha como com os turistas. Os participantes podem dar notas em comparação a outras trilhas da região que não são interpretativas.

Possíveis indicadores: o valor da nota que o participante dá é o indicador.

Atividade 3: Apoiar um grupo de mulheres para a produção e a comercialização de produtos da floresta.

Ferramenta de avaliação sugerida: Mapa de intercâmbios (Geilfus, 1997) – é a representação gráfica dos intercâmbios que ocorrem dentro e fora da comunidade. Além dos fluxos de compra de mercadorias e venda dos produtos para os turistas, essa ferramenta possibilita que as mulheres participantes descrevam os fluxos dentro da comunidade, como compra ou troca de matéria-prima entre os comunitários para a confecção dos produtos. Isto possibilita verificar se a atividade está promovendo a interação da comunidade com o grupo de mulheres.

Possíveis indicadores: produtos elaborados; número de produtos vendidos (apesar de ser um dado quantitativo, este indicador possibilita verificar a intensidade da produção); produtos naturais adquiridos de outros comunitários.

Atividade 4: Promover o aperfeiçoamento da produção artesanal da região.

Ferramenta de avaliação sugerida: Observação-participante (Geilfus, 1997) – os próprios executores do projeto podem avaliar se a qualidade dos produtos melhorou. Amostras de materiais produzidos podem ser coletados ou fotografados para que sejam feitas comparações futuras.

Possíveis indicadores: produto artesanal melhorado e vendas ampliadas.

Conclusões finais

Este trabalho buscou agrupar e sintetizar ferramentas participativas para avaliação de projetos socioambientais. Cabe notar que a intenção foi dar uma contribuição nos processos que vem sendo implementados. Desta forma, a avaliação de cada etapa ou de cada item proposto pode dar ao trabalho uma qualidade maior, visto que melhorias poderão ser feitas a partir dos indicadores obtidos nesse processo. Os resultados das avaliações ajudarão aos pesquisadores e outros órgãos envolvidos a tomarem medidas com base em informações consistentes, reduzindo as chances de se perder tempo, energia e recursos em passos ou atividades que possam não surtir efeitos palpáveis.

A proposta de avaliar tem o objetivo não só de melhorar um projeto como um todo e aumentar o envolvimento dos diferentes atores sociais, como fortalecer iniciativas locais. Os processos participativos têm essa característica de “empoderar” pessoas e grupos para perceberem seu valor e sua capacidade de se tornar um cidadão atuante e apto a produzir algo que possa melhorar sua qualidade de vida. Uma vez que os projetos socioambientais envolvem áreas naturais, a sustentabilidade da natureza e o uso cuidadoso dos recursos naturais é de fundamental importância.

Em se tratando de um caso específico como o do Projeto de Turismo com Base Comunitária do IPÊ, avaliar um projeto de longo prazo como este pode fornecer informações de diferentes dimensões: i) Uma visão geral sobre a atual situação de uma região ou de uma importante atividade econômica como o ecoturismo; e ii) Uma visão crítica de pontos específicos do esforço que vem sendo realizado pelo IPÊ para mudar a realidade local. Deste modo, a integração dos públicos envolvidos, sejam os gestores das UCs, os comunitários e o *trade* turístico, é de fundamental importância e para tal é necessário se aprimorar os veículos de diálogo e as oportunidades de trocas e reflexão. Por isso, as propostas de cursos e intercâmbios são pertinentes, assim como o aprimoramento do que é oferecido ao turista na região.

Desta forma, o ecoturismo se apresenta como uma chancela que abriga os meios de melhorias sociais e a sustentabilidade ambiental. Mesmo sendo uma área relativamente nova, o ecoturismo é um campo potencial que se cada vez mais explorado em regiões que este trabalho vem sendo desenvolvido (figura 10). Pelo seu potencial promissor é que este projeto merece ser estudado, pois as lições aprendidas poderão ser úteis para este e outros trabalhos que compreender o ecoturismo como um campo integrador sobre aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Este trabalho serviu, portanto, como um exercício de estudo, sendo que muito mais poderá ser proposto.

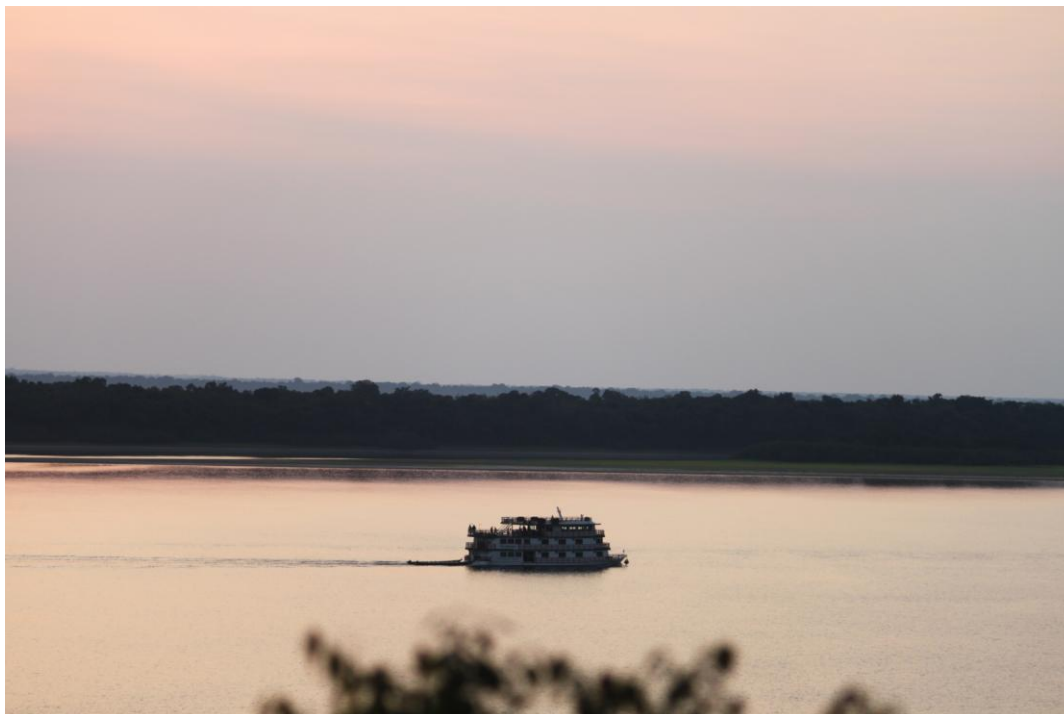


Figura 10: Embarcação turística navegando no Rio Negro (Foto: Julia Coda, 2009).

Referências Bibliográficas

Agência de Cooperação Espanhola, Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2004. Guía Metodológica de Sistematización. Programa Especial para la Seguridad Alimentaria (PESA) en Centroamérica. Litografía López, Honduras.

Badialli, J. E. 2003. O Reverso do Postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil. 133p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Badialli, J. E. 2004. Unidades de Conservação e o Turismo Sustentável no Brasil. Páginas 67-99 in S. P. Nelson, & E. M. Pereira, Ecoturismo: Práticas para turismo sustentável. Editora Vale/UniNorte, Manaus.

Banco da Amazônia. 2009. Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia. Belém. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes/produtserv/fno/arquivos/2009/plano_de_incentivo_ao_turismo_2009.pdf (Acesso em Julho 2009).

Banco Mundial. 2004. Monitoring & Evaluation: Some tools, Methods & Approaches. Banco Mundial, Washington, D.C.

Becker, B. K. 2005. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados , 19: 71-86.

Boersma, P. D. 2001. Foreword. in M. E. Soulé, & G. H. Orians, Conservation biology: research priorities for the next decade. Island Press, Whashington, D.C.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2002. Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. MMA/SCA/PROECOTUR, Brasília.

Brasil. Ministérios do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia. 2004. Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências (Série Monitoramento & Avaliação). Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

Brasil. 2000. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_05.pdf (Acesso em Fevereiro 2010).

Breves, R. A. 2004. O Ecoturismo no Estado do Amazonas: propostas para o seu desenvolvimento. 110p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis.

Brito, M. C. 2000. Unidade de conservação: intenções e resultados. Annablume: FAPESP, São Paulo.

Brose, M. 2001. Monitoria e Avaliação Participativa - indicações práticas. Páginas 295-302 in M. Brose, Metodologia Participativa. Uma introdução a 29 instrumentos. Tomo Editorial, Porto Alegre.

Campos, A. E., Abegão, L. H., & Belemaro, M. C. 2002. O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias (Adaptação do conteúdo programático da disciplina “Técnicas em Projetos Sociais” do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) da COPPE/UFRJ.). Oficina social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, Rio de Janeiro.

Cardoso, T. M., Semeghini, M. G., & Kurihara, L. P. 2008. Os povos tradicionais e o ordenamento territorial do Baixo Rio Negro em uma perspectiva da conservação e uso sustentável da biodiversidade. Páginas 67-86 in N. Bensusan, & G. Armstrong, O Manejo da Paisagem e a Paisagem do Manejo. Instituto Internacional de Educação do Brasil, Brasília.

Cordiani, U. G., Marcovitch, J., & Salati, E. 1997. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. Estudos Avançados , 11: 399-408.

Cordovil, J. C. 2008. A Amazônia Ribeirinha e as Políticas de Desenvolvimento do Turismo no Município de Cametá – PA. 153p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.

Dorst, J. 1973. Antes que a natureza morra: por uma ecologia política. (R. Buongiorno, Trad.) Edgard Blücher, São Paulo.

Esterci, N., Léna, P., Lima, D., & Maneschy, M. C. 2004. Projetos e Políticas Socioambientais: Repensando Estratégias. Boletim Rede Amazônica , 3: 3-6.

Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur). 2009. Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas 2003/2008. Manaus. Disponível em: http://www.visitamazonas.am.gov.br/adm/imgeditor/file/20090511114810sintese__indicadores_2003_2008.pdf (acessado Julho 2009).

European Communities. 2006. Evaluation Methods for the European Union's External Assistance. . Methodological Bases for Evaluation. 1. Office for Official Publications of European Communities, Luxemburgo.

Evans, K., Velarde, S. J., Rao, S., Sertzen, S., Dávila, K., Cronkleton, P., et al. 2006. Field Guide to the Future: four ways for communities to think ahead. (E. Bennett, & M. Zurek, Eds.) CIFOR - Center for International Forestry Research, ASB, Agroforestry Centre, Nairobi.

Faco, R. A., & Neiman, Z. 2010. A Natureza do Ecoturismo: conceitos e segmentação. Páginas 43-62 in Z. Neiman, & A. Rabinovici, Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Manole, Barueri.

Faria, A., & Ferreira Neto, P. 2006. Ferramentas do Diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. MMA, IEB, Brasília.

Faria, I. F. 2005. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. Pasos, 3: 63-77.

Ferrari, E. A. 2004. Monitoramento de impactos econômicos de práticas agroecológicas. Páginas 86-119 in Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências. Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais

do Brasil, Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise. (Série Monitoramento e Avaliação). Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

Frasson, I. 2001. Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade Adotados pelos Avaliadores de Instituições Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). 2002. Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo - MPE. FUNBIO, Rio de Janeiro.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). 2004. Tool Number 5: Planning and Managing an Evaluation. Part II: Defining Evaluation Questions and Measurement Standards. Disponível em Programme Manager's Planning Monitoring & Evaluation Toolkit: www.unfpa.org/monitoring/toolkit/5communi.pdf (Acesso Outubro 2009).

Geilfus, F. 1997. 80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoréo, evaluación. Prochamate-IIICA, San Salvador.

Gomes, M. A. (s.d.). Avaliação de Processos Participativos.

IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2007. Projeto Etnobotânica e Manejo Agroflorestal no entorno da Estação Ecológica de Anavilhanas: "valorizando os saberes tradicionais na conservação da agrobiodiversidade". IPÊ, Manaus.

IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2008. Relatório de Atividades 2008. IPÊ, Nazaré Paulista.

International Union for Conservation of Nature (IUCN). 2006. Destination Conservation: Protecting nature by developing tourism. IUCN National Committee of the Netherlands, Amsterdam.

Leonardi, V. 1999. Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília. 272pp.

Lima, F. P. 2006. A trajetória da pesquisa e da intervenção em Biologia da Conservação: avaliação de projetos financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. 122p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Margoluis, R., & Salafsky, N. 1998. Measure of Success: Designing, Managing and Monitoring Conservation and Development Projects. Island Press, Washington, D.C.

Marino, E. 2003. Manual de Avaliação de Projetos Sociais (2a ed.). Saraiva, São Paulo.

Meffe, G. K., Carroll, C. R., & Groom, M. J. 2006. What is Conservation Biology. Páginas 3-25 in M. J. Groom, G. K. Meffe, & C. R. Carroll, Principles of Conservation Biology (3a ed.). Sinauer Associates, Inc, Sunderland.

Millenium Ecosystem Assessment. 2000. Ecosystems and Human Well Being: a framework for assessment. Island Press, Washington D.C.

Moreira, M. P., Santos, C. J., & Ferreira, O. J. 2009. Desflorestamento ao longo das estradas AM-070 (Manaus/Iranduba?Manacapuru) e AM-352 (Manacapuru/Novo Airão) na Amazônia Central: subsídios para o planejamento. Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (pp. 747-754). INPE, Natal.

Mourão, R. M. 2004. Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo. FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE. FUNBIO, Instituto ECOBRASIL, Rio de Janeiro.

Newcomer, K. E., Hatry, H. P., & Wholey, J. S. 2004. Meeting the Need for Practical Evaluation Approaches. Páginas xxxiii-xliv in J. S. Wholey, H. P. Hatry, & K. E. Newcomer, Handbook of Practical Program Evaluation (2a ed.). Jossey-Bass, San Francisco.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). 2002. DAC Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management. OECD. Disponível em: www.oecd.org/dataoecd/29/21/27594804.pdf (Acesso Mai 2010).

Padua, C., Cullen, L., Pádua, S., Martins, C., & Lima, J. 2002. Assentamentos de reforma agrária e conservação de áreas protegidas no Pontal do Paranapanema. Páginas 67-75 in

N. Bensusan, Seria melhor mandar ladrilhar? biodiversidade como, para que, por quê. (p. 252). Editora Universidade de Brasília - Instituto Socioambiental, Brasília.

Padua, S., Tabanez, M., & Souza, M. 2003. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. Páginas 557-592 in L. Cullen Jr. et al. Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. (p. 665). Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba.

Patton, M. Q. 1987. How to use qualitative methods in evaluation. Sage Publications, Inc, Newbury Park:

Pfeiffer, P. 2000. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. Revista do Serviço Público , 51: 81-120.

Poles, G., & Rabinovici, A. 2010. O Ambientalismo, o Turismo e os Dilemas do Desenvolvimento Sustentável. Páginas 1-24 in Z. Neiman, & A. Rabinovici, Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Manole, Barueri.

Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG). 2009. Amazonia 2009: Áreas Protegidas y Terras Indígenas. Disponível em RAISG: <http://www.raisg.socioambiental.org/node/106> (Acesso Março 2010).

Reis, L. G. 1999. Avaliação de projetos como instrumento de gestão. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao> (Acesso: Maio 2009).

Rossi, P. H., Lipsey, M. W., & Freeman, H. E. 2004. Evaluation: A Systematic Approach (7a ed.). Sage Publications, Inc., Thousand Oaks.

Santos, R. F. 2004. Planejamento ambiental: teoria e prática. Oficina de Textos, São Paulo.

São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. 2005. Manual para Elaboração, Administração e Avaliação de Projetos Socioambientais. SMA/CPLEA, São Paulo.

Semeghini, M. G., & Cardoso, T. M. 2009. O Rio Cuieiras: os habitantes e seu ambiente. Páginas 18-39 in T. M. Cardoso, & M. G. Semeghini, Diálogos Agroecológicos: conhecimento científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no Rio Cuieiras (Amazônia Central). Instituto de Pesquisas Ecológicas, Manaus.

Shapiro, J. (s.d.). Monitoring and Evaluation. Disponível em World Alliance for Citizen Participation (CIVICUS): <http://www.civicus.org/new/media/Monitoring%20and%20Evaluation.pdf> (Acesso em 01 de Out de 2009).

Souza, M. M. 2009. A Utilização do Planejamento Participativo em Assentamentos Rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). Em Extensão , 8: 34-47.

Souza, N. P., Badialli, J. E., Lima, M. A., & Padua, S. M. 2010. Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do Baixo Rio Negro, Amazonas. Revista Brasileira de Ecoturismo, 3: 173-190.

Teixeira, M. A. 2006. A prática do turismo de natureza em hotéis de selva do Estado do Amazonas e sua relação com as ações estratégicas da Política Nacional de Ecoturismo. 130p. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo da Universidade Caxias do Sul, . Caxias do Sul.

UK Departament for Internacional Development (DFID). 2001. Sustainable Livelihoods Guidance Sheets. DFID, Reino Unido.

United States Agency for International Development (USAID). 2010. TIPS. Using Rapid Appraisal Methods. Performance Monitoring & Evaluation. 2a ed. Disponível em: <http://www.usaid.gov/policy/evalweb/documents/TIPS-UsingRapidAppraisalMethods.pdf> (Assesso Maio 2010).

Valarelli, L. L. (s.d.). Indicadores de Resultados de Projetos Sociais. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao> (Acesso: Maio 2009).

Vargas, R. V. 2005. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. (6a ed.). Brasport, Rio de Janeiro.

Verdejo, M. E. 2006. Diagnóstico Rural Participativo - Um Guia Prático. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Brasília.

Wallace, G. N., & Pierce, S. M. 1996. An Evaluation of Ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, 23: 843-873.

World Wide Fund For Nature (WWF). 2008. Relatório Planeta Vivo 2008. Banson, Cambridge.

Zimmermann, N. 2009. Curso de Monitoramento e Avaliação de Projetos. USAID/Programa Ambiental, Belém.

Anexos

Anexo 1 – Questionário para os executores de projeto do site Baixo Rio Negro

Nome: _____

1. Há quanto tempo trabalha no IPÊ? _____

2. Qual é a sua atuação dentro do IPÊ na região e de que projetos participa?

3. Que atividades de seu projeto (ou de sua atuação) você considera difíceis de avaliar com uso de indicadores?

4. Que atividades de seu projeto (ou de sua atuação) você considera possíveis de avaliar com uso de indicadores?

5. Quais indicadores poderiam ser usados para medir o sucesso de seu trabalho?

6. Quais dos atores abaixo são influenciados pelo seu trabalho? Coloque “D” para os atores que são influenciados diretamente, e “I” para os que são influenciados indiretamente:

- () Comunidades do Rio Cuieiras, RDS do Tupé
- () Associação de Artesanato de Nova Esperança
- () Sindicato de Guias de Turismo de Manaus
- () AOBT (Associação dos Operadores de Barco do Amazonas)
- () ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens)
- () ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura)
- () Associação de Hotéis de Selva
- () ATUNA (Associação de Turismo de Novo Airão)

- Associação de canoeiros de Novo Airão
- Associação de Canoeros de Manaus
- Amazonastur
- Manauscult
- SDS (Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)
- SEMMAS (Secretária Municipal do Meio Ambiente)
- Prefeitura de Novo Airão
- Prefeitura de Iranduba
- Prefeitura de Manaus
- Fundação Almerinda Malaquias
- Associação amigos do peixe-boi (AMPA)
- INPA
- INCRA
- Nenhum dos anteriores

7. Além dos atores citados na questão acima, existem outros atores que sofrem influência do seu trabalho?

8. Quais outras organizações atuam paralelamente à sua atuação na região do Baixo Rio Negro?

Anexo 2 – Roteiros utilizados para as entrevistas.

GESTORES

Diálogo semi-estruturado

1. Se o gestor conhece o IPÊ;
2. Se a UC é parceira do IPÊ;
3. Se o gestor conhece o projeto de ordenamento do turismo do IPÊ na região;
4. Se existe zoneamento na UC;
5. Quais são os pontos mais visitados pelo *trade*;
6. Se existe alguma área que costumava ser visitada, mas deixou de ser após o processo de ordenamento;

Diagrama de Venn

7. Como é o relacionamento com o *trade* atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
8. Como é o relacionamento com as comunidades atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
9. Como você enxerga a visitação na UC? Positiva ou negativa?
10. Você acha que o turismo pode proporcionar desenvolvimento para a região?

TRADE TURÍSTICO

Diálogo semi-estruturado

1. Se a empresa/entrevistado conhece o IPÊ;
2. Se a empresa/entrevistado conhece o projeto de ordenamento do turismo do IPÊ na região;
3. Qual é o foco das atividades turísticas da empresa (barco, hotel de selva, etc.)
4. Quais são os pontos de visitação oferecidos pela empresa;
5. Se houve mudança nos pontos visitados nos últimos 10 anos e por quê;
6. Se existe alguma área que costumava ser visitada, mas deixou de ser e por que isto ocorreu;
7. Se existe algum ponto que a empresa gostaria de visitar/oferecer para seus clientes, mas existe algum impedimento atualmente;
8. Se conhece o zoneamento das UCs que a empresa visita;

Diagrama de Venn

9. Como é o relacionamento com o os gestores atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
10. Como é o relacionamento com as comunidades atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
11. Tem algum contato com as empresas de turismo do governo (Amazonastur, Manauscult);
12. Ações para evitar a degradação ambiental;
13. Dificuldades para desenvolver turismo atualmente.

COMUNIDADES

Diálogo semi-estruturado

1. Se o comunitário conhece o IPÊ;
2. Se a comunidade é parceira do IPÊ;
3. Se o comunitário conhece o projeto de ordenamento do turismo do IPÊ na região;
4. Se a comunidade trabalha com turismo;
5. Se o comunitário trabalha com turismo;
6. Atrativos para turismo na comunidade;
7. Quem traz os turistas na comunidade;
8. Se houve mudança na área de uso da comunidade nos últimos 10 anos;

Diagrama de Venn

9. O que o comunitário acha da presença da UC;
10. Como é o relacionamento com o os gestores atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
11. Como é o relacionamento com o *trade* atualmente e como era há 10 anos. Como gostaria que fosse no futuro;
12. Tem algum contato com as empresas de turismo do governo (Amazonastur, Manauscult);

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

RECOMENDAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

JULIA CODA

Produto final do Curso de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ecologia.

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Prof. Dr. Zysman Neiman

Prof^ª. Dr^ª. Suzana Machado Padua

Nazaré Paulista, 2010

Dedico a minha família, inclusive a que está começando.